



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO





Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	André Ramos Tavares
Disciplina:	Teoria Geral do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O programa desta disciplina pretende proporcionar o conhecimento crítico e o domínio de temas centrais da Teoria do Direito, assim elencados: Ciência do Direito, Direito como sistema, pensamento jurídico, concepções de Direito (o que é o Direito?) e o problema do método (teorias da interpretação); especificidade das regras de interpretação constitucional; diversidade de métodos existentes (tópico, concretista, argumentativo, legalista-objetivistas, subjetivistas); função exercida pelos Tribunais na interpretação da Constituição e sua implicação para o Direito. Há uma inserção dos temas no contexto social, econômico e político atual do desenvolvimento da teoria jurídica.

Bibliografia Básica:

HART, Herbert L. A.. The Concept of Law. Oxford University Press, 1961. Há tradução para o português (O Conceito de Direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. Bibliografia: capítulo VII, 137 a 61).

KELSEN, Hans. Reine Rechtslehre. Wien: Franz Deuticke, 1960. Há tradução para o português (São Paulo: Martins Fontes, 2000. Bibliografia: capítulo VIII).

MÜLLER, Friedrich. Métodos de Trabalho do Direito Constitucional. 3ª ed.. São Paulo: Renovar, 2005.

TAVARES, André Ramos. Fronteiras da Hermenêutica Constitucional. São Paulo: Método: 2006.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

TAVARES, André Ramos, OSMO, Carla. Interpretação jurídica em Hart e Kelsen: uma postura (atín)realista? In: DIMOULIS, Dimitri, DUARTE, Écio Oto. Teoria do Direito Neoconstitucional. São Paulo: Método, 2008.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Antonio Carlos da Ponte
Disciplina:	Novas tendências penais e Projeto de Reforma do Código Penal
Núcleo de Pesquisa:	Direito Penal
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina tem como finalidade desenvolver o estudo crítico da Ciência Penal e seu papel em um Estado Democrático de Direito. Propõe uma leitura constitucional do Direito Penal e a análise dos mandados explícitos e implícitos de criminalização contidos na Carta Magna. Contempla, ainda, o estudo dos seguintes temas: Princípios Constitucionais; bem jurídico-penal; bem jurídico-penal difuso; ideologia e Direito Penal; políticas de Segurança Pública; Sistema Punitivo e modelo de Estado; Análise do Projeto de reforma penal.

Bibliografia Básica:

BUSATO, Paulo César; HUAPAYA, Sandro Montes. Introdução ao Direito Penal – Fundamentos para um Sistema Penal Democrático. 2ª ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2007.

CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da. Constituição e Crime – Uma Perspectiva da Criminalização e da Descriminalização. Porto, Universidade Católica Portuguesa, Editora Porto, 1995.

FELDENS, Luciano. A Constituição Penal – A dupla face da proporcionalidade no controle de normas penais. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2005.

HASSEMER, Winfried. Introdução aos fundamentos do Direito Penal (Einführung in die Grundlagen des Strafrechts). Trad. Pablo Rodrigo Alflen da Silva. Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris, 2005.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

----- Direito Penal Libertário. Trad. Regina Greve. Belo Horizonte, Del Rey, 2007.

----- Características e crises do moderno Direito Penal. In: Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal. Porto Alegre, ano III, nº 18, fev./mar., 2003, p. 144-157.

----- O sistema do Direito e a codificação - A vinculação do juiz à lei. In: Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul. Trad. Peter Walter Ashton. Porto Alegre, ano XIII, nº 36, mar., 1986, p. 180-197.

----- Segurança Pública no Estado de Direito. In: Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, ano XXI, nº 62, nov., 1994, p. 152-172.

PONTE, Antonio Carlos da. Inimputabilidade e Processo Penal. São Paulo, Atlas, 2002.

----- Crimes Eleitorais. São Paulo, Saraiva, 2008.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Antonio Carlos da Ponte
Disciplina:	Teoria Geral do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina tem como finalidade desenvolver o estudo crítico da norma jurídica e seu papel no Ordenamento Jurídico de um Estado Democrático de Direito. Contempla o estudo dos seguintes temas: norma jurídica; existência, validade e eficácia das normas; ordenamento jurídico; sistema normativo; lacunas no Direito; Princípios gerais do Direito; antinomias; regras jurídicas; interpretação e hermenêutica constitucional; ideologia e norma; e fontes supranacionais do Direito.

Bibliografia Básica:

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos Princípios - Da definição à aplicação dos princípios*. 5ª ed. São Paulo, Malheiros, 2006.

BOBBIO, Norberto. *Teoria da Norma Jurídica*. Trad. Fernando Pavan Baptista; Ariani Bueno Sudatti. 3ª ed. Bauru, Edipro, 2005.

DINIZ, Maria Helena. *As Lacunas no Direito*. 3ª ed. São Paulo, Saraiva, 1995.

ENGLISH, Karl. *Introdução ao Pensamento Jurídico*. Trad. J. Baptista Machado. 6ª ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Trad. João Baptista Machado. São Paulo, Martins Fontes, 1995.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Antonio Carlos Mendes
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Filosofia da Constituição
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A partir da reflexão filosófica sobre a Constituição e seus fundamentos axiológicos como núcleo essencial do Direito. O curso tem a finalidade: (1) despertar o interesse pela investigação sobre os temas essenciais do Direito, sob a ótica gnosiológica, axiológica e ontológica; (2) estimular a pesquisa-jurídica; (3) gerar o hábito da reflexão e do diálogo filosófico-jurídico; (4) estimular a elaboração de estudos filosóficos sobre o Direito e, em especial, a Constituição, preparando, assim, o aluno para o magistério jurídico.

Bibliografia Básica:

HESSEN, Johannes. *Tratado de Filosofia* - Editorial Sudameris. Buenos Aires, 1957.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Coimbra: Armenio Amado, 1974.

LAVELLE, Louis. *Traité des Valeurs* - Presses Universitaires de France, 1951/1955.

LOSANO, Mário G. *Teoria Pura Dei Derecho*. Bogotá: Temis, 1992.

REALE, Miguel. *Fontes e Modelo do Direito*. Saraiva.

LAPORTA. Francisco. *Constitución: problemas filosóficos*. Madrid: Centro de Estudios Políticos Políticos y Constitucionales, 2003.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Antonio Carlos Mendes
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Direito e Justiça
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina visa fornecer aos alunos conhecimentos básicos indispensáveis para uma abordagem dos vários ramos do direito em nível de pós-graduação, comportando análise da Teoria da Norma Jurídica, da Teoria do Ordenamento Jurídico e da Teoria da Hermenêutica Jurídica.

Bibliografia Básica:

ALEXY, Roberto. *El Concepto y La Validez Del Derecho*. Barcelona: Gedisa, 1997.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. Ed. Polis, UNB.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo, 2004.

_____. *Teoria da Norma Jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

SICHES, Luis Recaséns. *Filosofia dei Derecho*. México: Porrúa, 1959.

VALDES, Emesto Garzón; LAPORTA, Francisco. *EI derecho y Ia justicia*. Madrid: E.Trotta, 2000.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Arlete Inês Aurelli
Disciplina:	Admissibilidade da ação e do processo, nas mais variadas formas de tutela
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga Horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Nesse curso, desenvolveremos os seguintes temas em sala de aula:

1. requisitos de admissibilidade indispensáveis em todos os tipos de tutela: condições de ação e pressupostos processuais.
2. Cognição judicial e os planos de análise.
3. Condições da ação: admissibilidade ou mérito?
4. Requisitos de admissibilidade da ação e processo nas tutelas de procedimento ordinário, sumário, especial, bem como no tocante ao juizado especial.
5. Requisitos de admissibilidade da ação e processo nas tutelas de urgência:
6. Tutela cautelar e antecipada : semelhanças e diferenças
7. Fungibilidade entre tutela cautelar e antecipada: via de mão dupla?
8. Fumus boni iuris e periculum in mora: condições de ação ou mérito das cautelares?
Fumus boni iuris e periculum in mora: requisitos indispensáveis a todas as cautelares?
9. Cautelares satisfativas: ainda persistem no sistema?
10. Prazo para propositura da ação principal nas cautelares preparatórias: requisito indispensável?
11. Requisitos de admissibilidade da ação e processo no mandado de segurança individual e coletivo: análise da legitimidade ativa e passiva; interesse processual, incluindo a discussão sobre o justo receio como requisito de admissibilidade no mandado de segurança preventivo; possibilidade jurídica do pedido.
12. Direito líquido e certo: condições de ação ou mérito da ação de mandado de segurança?
13. Requisitos de admissibilidade da ação e processo na tutela inibitória: a ameaça como requisito indispensável.
14. Requisitos de admissibilidade na execução.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Bibliografia Básica:

ARMELIN, Donaldo. *Legitimidade para Agir no Direito Processual Civil*. São Paulo, Ed. RT, 1979.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades do Processo e da Sentença*. 4a ed., São Paulo, Ed. RT.

WATANABE, Kazuo. *Da Cognição no Processo Civil*. Campinas, Bookseller, 2000.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Carla Teresa Martins Romar
Disciplina: Direito Processual do Trabalho II - Recursos no processo do trabalho
Núcleo de Pesquisa: Direito do Trabalho
Dia da semana: 5ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Princípios dos recursos, pressupostos recursais, efeitos dos recursos, recursos trabalhistas em espécie.

Bibliografia Básica:

ASSIS, Araken de. Manual dos recursos. São Paulo : RT.

BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo : LTr.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Fundamentos do processo civil moderno. São Paulo : Malheiros, 2 v.

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do processo na Constituição Federal. São Paulo : RT.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Sistema dos recursos trabalhistas. São Paulo : LTr.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Carlos Roberto Husek
Disciplina:	O Estado e a Responsabilidade Internacional - sua dimensão física, econômica, política, jurídica e humanitária
Núcleo de Pesquisa:	Direito das Relações Econômicas Internacionais
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	18h:30 às 23h:30
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

O curso busca situar o Estado no mundo moderno com análise das situações decorrentes dos relacionamentos que estabelece e dos atos de seus órgãos internos.

Proporcionar-se-á ao estudioso uma visão acadêmica e pragmática dos fatos em face da prática administrativo-política do Estado interna e internacionalmente, com expressa referência aos casos já ocorridos, suas soluções e as perspectivas futuras diante do sistema jurídico internacional.

Bibliografia Básica:

HUSEK, Carlos Roberto. *Curso de Direito Internacional Público*. 11ª edição, LTr.

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G.E do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. *Manual do Direito Internacional Público*. 17ª edição, Saraiva.

TRINDADE, Antonio A. Cançado. *Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional*. Fundação Alexandre de Gusmão, 2ªed., Brasília, 2012.

PEREIRA, Maria de Assunção do Vale. *A Intervenção Humanitária no Direito Internacional Contemporâneo*. Coimbra Editora, 2009.

Hambro, E. *The relations between international Law and conflict Law* (RCADI, 1962 - I)



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Reuter, Paul - La responsabilité: problèmes choisis - 1955-56, Paris: Economica, 1995.

Mello, Celso D. de Albuquerque, Responsabilidade internacional do estado, Rio de Janeiro, Renovar, 1995.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito e do Núcleo de Pesquisa em Direito das Relações Econômicas Internacionais.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Cássio Scarpinella Bueno
Disciplina:	Teoria Geral do Direito Processual Civil
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O “modelo constitucional do direito processual civil” como eixo metodológico e estrutural do estudo do direito processual civil: Organização judiciária. Funções essenciais à Justiça. Procedimentos jurisdicionais constitucionalmente diferenciados. Revisitando os temas fundamentais do direito processual civil: Jurisdição. Ação. Processo. Defesa. O neoconcretismo e o estudo da tutela jurisdicional.

Bibliografia:

ANDOLINA, Italo; VIGNERA, Giuseppe. *Il modello costituzionale del processo civile italiano: corso di lezioni*. Torino: Giappichelli, 1990.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos del derecho procesal civil*. 2.ed. Buenos Aires: Depalma, 1951.

SCARPINELLA BUENO, Cassio. *Curso sistematizado de direito processual civil*. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. vol. 5.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades do processo e da sentença*. 6.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Clarice Von Oertzen de Araujo
Disciplina:	Semiótica Jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

- Estudo do caráter semiótico do Direito, enquanto sistema de linguagem prescritiva, com ênfase na produção de significados encontrados em níveis de crescente complexidade, na medida em que se positiva o ordenamento jurídico.
- Apresentação da incidência como matriz de semiose normativa, quando se estabelecem correspondências de raciocínios implicados no ajuste entre signos verbais e não verbais, ambientados em cenários de globalização econômico-financeira e de mundialização da cultura.
 - Os métodos e conceitos desenvolvidos pela Teoria Geral do Direito, da Semiótica e das Ciências da Comunicação verificados em interfaces sistêmicas e analogias instrutivas com a transferência de informação entre as naturezas adaptativas e interativas da comunicação das áreas envolvidas.
- Estudo comparativo entre as linguagens naturais e as formalizadas que evidenciam semelhanças e divergências, aproximando os estudiosos do direito e dos demais sistemas de comunicação, da "lógica" como um ramo da ciência estreitamente vinculado à semiótica.

Bibliografia Básica:

ARAUJO, Clarice von Oertzen de. *Semiótica do Direito*. São Paulo, Editora Quartier Latin do Brasil, 2005.

PEIRCE, C. S. . *Semiótica*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1977

_____. *Escritos Coligidos*. Seleção de Armando de Moraes; tradução de Armando Mora D'Oliveira e Sérgio Pomerangblum. São Paulo, Abril Cultural (Os Pensadores), 1974.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

_____. *Antologia Filosófica*. Prefácio, seleção, tradução e notas de António Machuco Rosa. Portugal, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998.

SILVEIRA, Lauro Frederico Barbosa da. *Curso de semiótica geral*. São Paulo, Editora Quartier Latin do Brasil, 2007.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Clarice Von Oertzen de Araujo
Disciplina: Teoria Geral do Direito - Modelo de Incidência das Normas Jurídicas
Núcleo de Pesquisa: Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana: 4ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

- Estudo do fenômeno da “incidência das regras jurídicas” concebido por Pontes de Miranda à luz da semiótica legal.
- Apresentação das categorias do determinismo forte e fraco, conforme os modelos científicos adotados pela lógica e pela filosofia das ciências.
- A ocorrência do determinismo no desempenho dos ordenamentos jurídicos - a questão da certeza do direito.
- Investigação do caráter “automático e infalível” do modelo de incidência proposto por Pontes de Miranda à luz da doutrina falibilista de Charles Sanders Peirce.
- Investigação do caráter retórico da aplicação das normas jurídicas.

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito tributário: fundamentos jurídicos da incidência*. 4 edição. São Paulo, Ed. Saraiva, 2006.
- PONTES DE MIRANDA. Francisco Cavalcanti. *Sistema de ciência positiva do direito*. 4 Tomos Capinas/SP, Ed. Bookseller, 2000.
- PONTES DE MIRANDA. Francisco Cavalcanti. *Introdução à Sociologia Geral*. Capinas/SP, Ed. Bookseller, 2003.
- PONTES DE MIRANDA. Francisco Cavalcanti. *O problema fundamental do conhecimento*. Capinas/SP, Ed. Bookseller, 2005.
- THE ESSENCIAL PEIRCE - 2 VOLUMES - Edited by Nathan Houser and Christian Kloesel (os trechos utilizados serão traduzidos para a oferta de material de leitura aos alunos).



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Clarissa Ferreira Macedo D'Isep
Disciplina:	Direito Ambiental Econômico e Políticas Públicas Ambientais: um diálogo de sustentabilidade nacional e transnacional
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O dever constitucional do Estado de tutela do meio ambiente e a necessidade de mercado de internalizar as externalidades ambientais na cadeia produtiva fizeram emergir um diálogo entre Estado e o setor econômico no tocante uso e gestão dos recursos naturais. Nesse contexto, surgem as Políticas Públicas Ambientais que age e interage com a Gestão ambiental do setor privado, assim como estimula a Economia Verde e contribuem para a necessidade de avaliação constante desse contexto à luz do denominado Direito Ambiental Econômico. A complexidade dessa dinâmica sistêmica conduz a investigação de instrumentos e mecanismos de interlocução entre a dignidade humana, integração social, desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

Objetivos:

A disciplina tem por propósito a análise jurídica do diálogo sistêmico entre as Políticas Públicas Ambientais, a Economia Verde e o Direito Ambiental Econômico com vista à evidenciar a implementação do desenvolvimento jurídico sustentável e concretização da justiça distributiva ambiental.

Conteúdo Programático:

1. Direito, Política, Administração, Economia e Gestão Ambiental; 2. Estado Gestor Ambiental e Empresa Verde; 3. Atividade e planejamento econômico-ambiental; 4. Governança ambiental corporativa e governança ambiental mundial. 5. ONU, OMC e Banco Mundial e a questão ambiental. 6. A tutela do Direito à saúde e os contratos de plano de saúde. 7. Investimentos Ambientais. 8. Nanotecnologia e nanonorma. 9. Fundo de Direitos Difusos e



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Coletivos: análise do procedimento arrecadação e aplicação de recursos. 10. Soluções de controvérsias ambientais-econômicas.

Bibliografia Básica:

CALMETTE, Jean-François. La rareté en Droit Public. Paris: L'Harmattan, 2004.

D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo. Direito Ambiental Econômico e a ISO 14000: análise jurídica do modelo de gestão e certificação ISO 14001. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo. NERY JÚNIOR e MEDAUAR, Odete. Nelson. Políticas Públicas Ambientais: estudos em homenagem ao Professor Michel Prieur. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo. Água juridicamente sustentável. Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 2010.

FAURE, Michel. L'analyse économique du droit de l'environnement. Bruxelas: Bruylant, 2007.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Clarissa Ferreira Macedo D'Isep
Disciplina:	Teoria Geral dos Direitos Difusos e Coletivos
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Justificativa: A evolução social, econômica e científica conduziu a um novo contexto: o da sociedade de massa, de economia globalizada e de catástrofes naturais. A ciência jurídica, enquanto instrumentos de pacificação social, e, em era de pós-modernidade, faz emergir os denominados Direitos Difusos e Coletivos que revelam um direito gestor, preventivo e orientador das políticas públicas e da administração privada. Nesse diapasão, é apresentada a Teoria Geral dos Direitos Difusos e Coletivos, que, dotada de principiologia própria e de caráter inovador, reorienta a interpretação dos institutos jurídicos tradicionais, de forma a apontar-lhes novo sentido e alcance.

Objetivos: A disciplina Teoria Geral dos Direitos Difusos e Coletivos tem por proposta promover o estudo da interação do Direito com as transformações sociais, econômicas, científicas e ambientais hodiernas. Pretende-se apontar e evidenciar as respostas jurídicas - princípio, institutos e instrumentos - dada a realidade da economia globalizada, e da sociedade de massa em prol da proteção da vida digna e da saúde planetária.

Conteúdo Programático: 1. Fontes e fundamentos dos Direitos Difusos e Coletivos; 2. Princípio do desenvolvimento sustentável: produção limpa, consumo sustentável e a função econômica dos recursos naturais; 3. Princípio da preservação e a gestão privada dos Direitos Difusos e Coletivos; 4. Princípio do usuário-pagador e a gestão pública dos Direitos Difusos e Coletivos; 5. Princípio da precaução e a sociedade de risco: análise da incerteza científica e da certeza jurídica; 6. Princípio da informação e participação: liberdades fundamentais e os direitos sociais na pós-modernidade; 7. Princípio



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

do poluidor-pagador: a natureza sócio econômica da poluição e os danos difusos e os danos difusos e coletivos; 8. Princípio da socialidade: a responsabilidade social em face dos Direitos Difusos e coletivos; 9. Princípio da educação em face dos Direitos Difusos e Coletivos: integração infantil; 10. Princípio da boa-fé: análise do contrato em sede de Direitos difusos e coletivos; 11. Princípio da dignidade humana, Direitos humanos e os Direitos Difusos e Coletivos; 12. Instrumentos de gestão dos direitos difusos e coletivos; 13. Instrumentos de controle dos Direitos Difusos e Coletivos; 14. Indicadores jurídicos de sustentabilidade: a cidade sustentável e a água sustentável; 15. Ética, cuidado, cidadania, democracia e humanidade na sociedade pós-moderna.

Bibliografia Básica:

CALMETTE, Jean-François. La rareté en Droit Public. Paris: L'Harmattan, 2004.

DEBLONDE. Jean-Marie. Le développement durable: une réponse à une crise globale?

D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo. Direito Ambiental Econômico e a ISO 14000: análise jurídica do modelo de gestão e certificação ISO 14001. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

PRIEUR, Michel. Droit de l'environnement. 5ª ed. Paris: Dalloz, 2004.

ROMI, Raphaël. Droit et administration de l'environnement. Paris: Montchrestien, 2001.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Cláudio de Cicco
Disciplina:	Filosofia do Direito I - A Filosofia Clássica do Direito e o Relativismo Jurídico
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina "A FILOSOFIA CLÁSSICA DO DIREITO E O RELATIVISMO JURÍDICO" destaca a importância da passagem da gnosiologia clássica para a moderna e contemporânea, com a substituição do paradigma da natureza pelo do historicismo dialético, mostrando o efeito produzido sobre os conceitos de direito e de justiça. Analisa, em seguida, as contribuições de Radbruch, Stammler, Kaufmann e Reale para introduzir o método do relativismo cultural, no estudo da realidade social e jurídica, de modo a ampliar o horizonte do intérprete da norma.

Bibliografia Básica:

KAUFMANN, Arthur. Filosofia do Direito. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010

RADBRUCH, Gustav. Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2010.

REALE, Miguel. O Direito como experiência. São Paulo, Editora Saraiva, 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Cláudio de Cicco
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Teoria do Direito e do Estado
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina 'TEORIA GERAL DO DIREITO E DO ESTADO' destaca a importância do Estado na produção do Direito na modernidade, mostrando como o monopólio da normogênese partiu de uma concepção monista das relações entre sociedade e ordenamento. Discute as vantagens e desvantagens de tal visão, contrapondo-a ao pluralismo jurídico. Introduce em seguida a teoria da gradação da positividade jurídica.

Bibliografia Básica:

REALE, Miguel. Teoria do Direito e do Estado. São Paulo, Editora Saraiva, 2010.

DE CICCO, Cláudio e AZEVEDO GONZAGA, Álvaro. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2012.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Cláudio Finkelstein
Disciplina:	Reflexos Jurídicos da Globalização Econômica - O Estado Nacional como produtor de normas
Núcleo de Pesquisa:	Direito das Relações Econômicas Internacionais
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h:00 às 23h:00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O objetivo da disciplina REFLEXOS JURÍDICOS DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA - O ESTADO NACIONAL COMO PRODUTOR DE NORMAS é revisar os diferentes institutos e procedimentos jurídicos que são utilizados no âmbito do direito Internacional e que regulam os direitos e deveres interprivados no marco da complexa rede de relações econômico/sociais e políticas do nosso tempo. Especialmente se estudará a mecânica de funcionamento dos contratos no âmbito das relações econômicas internacionais, examinando os resultados que derivam de uma aplicação e concepção dos negócios jurídicos baseada nos valores humanistas e justos, os quais operam de forma indireta como mecanismo de garantia e proteção dos direitos humanos e servem para criar relações interculturais que favorecem a paz mundial.

Bibliografia Básica:

BAPTISTA, Luis Olavo. *Dos Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática*. São Paulo: Saraiva, 1994.

BARBOSA, Rubens Antônio. *América Latina em perspectiva: a integração regional da retórica à realidade*. São Paulo: Aduaneiras, 1991.00.

BORBA, Paulo. *Contrato Financeiro Internacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

CORREIA, A Ferrer. *Temas de Direito Comercial e Direito Internacional Privado*. Lisboa: Almeidina, 1989.

DOLLINGER, Jacob. *Direito Internacional Privado*. São Paulo: Freitas Bastos, 1991.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome dos Professores:	Claudio José Langroiva Pereira
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Evolução do Pensamento Jurídico no Estado Democrático de Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1. A civilização ocidental e o desenvolvimento técnico-científico. O Estado Moderno e Pós-Moderno.
2. A funcionalidade do Direito e o Estado Democrático de Direito.
3. Constituição Federal, princípios e valores informadores do Estado Democrático de Direito e dignidade da pessoa humana como parâmetro de interpretação jurídica.
4. Democracia e valores constitucionais. Princípios orientadores de soberania popular.
5. O sistema jurídico como instrumento de controle social.
6. A Evolução do Juiz na história de formação dos Estados Nacionais.
7. A tutela constitucional do Juiz nos Estados Nacionais: os limites no exercício da jurisdição - o direito comparado.
8. Estruturas Jurisdicionais. O Poder Judiciário em face da evolução dos Estados Modernos - estudos de direito comparado.
9. A construção do sistema judiciário na história do Estado brasileiro.
10. Princípios Constitucionais Orientadores da Atividade Jurisdicional - Direitos e Garantias do Juiz no Estado Social e Democrático de Direito.
11. O Juiz em face da interpretação constitucional e a concretização da eficácia jurídica constitucional através do processo.
12. O devido processo legal constitucional: aspectos penais e administrativo-penais no exercício da jurisdição.
13. Direitos e garantias fundamentais e as limitações ao direito de punir do Estado.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

14. Acesso à Justiça e prestação jurisdicional: a legitimidade da atuação do Poder Judiciário na implementação dos direitos sociais e o direito à tutela individual, coletiva e supraindividual.

15. A atividade legislativa jurisdicional: O Poder Judiciário e a esfera de competência reservada - violação ao princípio da separação de poderes; a responsabilidade do Poder Judiciário em face do necessário controle das políticas públicas da Administração Pública.

16. A incorporação de tratados à Constituição por meio do reconhecimento de sua hierarquia constitucional - estudo de direito comparado.

Bibliografia Básica:

ALEXY, Robert. *Sistema Jurídico, princípios jurídicos y razón práctica*, Buenos Aires: Doxa, 1988.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes - *Estudos sobre Direitos Fundamentais*. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

Reale, Miguel. *O estado democrático de direito e o conflito das ideologias*, 2. ed., rev., São Paulo : Saraiva, 1999.

Silva, Marco Antonio Marques da & Miranda, Jorge (coordenação) *Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana*, Lisboa/São Paulo: Editora Almedina , 2ª edição, 2009.

STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica Jurídica e(m) Crise - Uma exploração hermenêutica da construção do Direito*. 7ª edição, Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Clovis Beznos
Disciplina:	Teoria Geral do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Objetivo: apresentar os elementos fundamentais da teoria do direito, propondo-se, a partir desses elementos, a construção de uma teoria geral do direito público.

Temas: Constitucionalismo. Neoconstitucionalismo. Sistema jurídico. Norma jurídica. Competências. Regras e Princípios. Subsunção e Ponderação. Interpretação e Discricionariedade. Função pública. Deveres-Poderes. Direitos subjetivos públicos.

Bibliografia Básica:

SANTI ROMANO. *Fragmentos de un diccionario jurídico*. Buenos Aires: Europa-América, 1964. DWORKIN, Ronad. *O império do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 6. Ed. Coimbra: Armênio Amado, 1984.

SICHES, Luis Recasens. *Introducción al estudio del derecho*. México: Porrúa, 2006.

GARCÍA MÁYNEZ, Eduardo. *Introducción al estudio del derecho*. México: Porrúa, 2006. ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2008. MERKL, Adolfo. *Teoría general del derecho administrativo*. Granada: Comares, 2004.

KAUFMANN, Arthur. *Filosofia del derecho*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 1999.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Clovis Beznos
Disciplina: Limitações e Sacrifícios de Direito
Núcleo de Pesquisa: Direito Administrativo
Dia da semana: 6ª feira
Horário: 08h:00 às 12h:00
Semestre: 1º/2013
Créditos Correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Preordena-se a presente disciplina ao estudo metodológico dos direitos individuais e coletivos albergados pelo Ordenamento Jurídico, considerando o núcleo dos mesmos, tendo em conta o Estado Liberal, o Estado Social e o Estado Solidariedade, com enfoque específico nas limitações e sacrifícios de direitos, e respectivos conteúdos, em consideração à Constituição da República.

Bibliografia Básica:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- BEZNOS, Clovis. *Poder de Polícia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.
- BEZNOS, Clovis. *Aspectos Jurídicos da Indenização na Desapropriação*. Belo Horizonte: Forum, 2006
- BRITO, Carlos Ayres. *Teoria da Constituição*. Forense: Rio de Janeiro, 2003.
- GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. *Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Consuelo Yatsuda M. Yoshida
Disciplina:	Princípios e Institutos Fundamentais de Direito Ambiental
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina buscará aprofundar os estudos, pesquisas e debates acerca dos princípios e institutos fundamentais do Direito Ambiental, tanto no âmbito da tutela material como no âmbito da tutela processual, analisadas de forma integrada. Serão objeto de reflexões os princípios ambientais, suas concepções e evolução, bem como os institutos de direito material e suas implicações processuais, contribuindo-se para o contínuo aperfeiçoamento e avanço doutrinário-científico, notadamente o adequado manejo e aplicação destes princípios e institutos pelos operadores do direito, de modo a ensejar a mais adequada e efetiva proteção ambiental.

Bibliografia Básica:

- FIORILLO. Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 7ª ed.ampl., São Paulo: Saraiva. 2007
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro, S. Paulo: Malheiros. 2007.
- MARTÍN MATEO, Ramón. Tratado de Derecho Ambiental, v. I e II. Madrid: Grefol. 1991.
- MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente. 5ª ed. rev., atual. e ampl.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- YOSHIDA, Consuelo Y. M. Tutela dos interesses difusos e coletivos. 1ª edição, 2ª tiragem. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2006.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Daniela Campos Libório Di Sarno
Disciplina: Meio Ambiente Urbano
Núcleo de Pesquisa: Direito Urbanístico
Dia da semana: 2ª feira
Horário: 08h:00 às 12h:00
Semestre: 1º/2013
Crédito correspondente: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Estudo dos princípios e regras jurídicas que incidem sobre as áreas urbanas em razão do desenvolvimento propugnado pela Constituição Federal de 1.988. Análise dos instrumentos urbanísticos e ambientais na solução e pacificação dos conflitos urbanos. Análise das exigências de sustentabilidade no desenvolvimento sócio-econômico diante de uma sociedade urbana.

Bibliografia Básica:

- BEZNOS, Clóvis & CAMMAROSANO, Márcio (coord.) Direito ambiental e urbanístico. Belo Horizonte, Editora Forum, 2.010.
- DALLARI, Adilson Abreu & FERRAZ, Sergio (coord.) Estatuto da Cidade. São Paulo, Malheiros,) várias edições.
- DALLARI, Adilson Abreu & DI SARNO, Daniela Campos Libório (coord.). Direito urbanístico e ambiental. Belo Horizonte, Editora Forum, 2007.
- DI SARNO, Daniela Campos Libório. Elementos de direito urbanístico. São Paulo, Manole, 2.004.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Introdução ao Direito Ecológico e ao Direito Urbanístico. São Paulo, Forense, 1.975.
- SANTOS, Milton. Pobreza urbana. São Paulo, Hucitec, 1.978.
- SAULE JR, Nelson. Direito Urbanístico. Porto Alegre, Sergio Fabris ed., 2.006.
- SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro. 3ª ed, São Paulo, Malheiros, 2000



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Dinorá Adelaide Musetti Grotti
Disciplina:	Serviços públicos, modos de prestação e tutela dos usuários
Núcleo de Pesquisa:	Direito Administrativo
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1) Redefinição do papel do Estado na prestação de serviços públicos: realização e regulação dos serviços públicos. 2) A noção de serviço público. 3) Regime jurídico dos serviços públicos e análise de diversas atividades setoriais. 4) Os princípios dos serviços públicos. 5) Serviços públicos e Direitos Fundamentais. 6) Afirmação e limites do direito ao serviço público. 7) Modos de prestação dos serviços públicos. 8) A posição jurídica do usuário do serviço público. Mecanismos de proteção do usuário. 9) Natureza jurídica do vínculo existente entre o usuário e o prestador dos serviços públicos. 10) Remuneração dos serviços públicos. 11) Responsabilidade civil das pessoas prestadoras de serviços públicos. 12) A prestação dos serviços públicos e o papel das agências reguladoras. 13) Controle dos serviços públicos. 14) Formas alternativas de solução dos conflitos. 14) Serviços públicos e outras atividades da Administração.

Bibliografia Básica:

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Direito dos Serviços Públicos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. O Serviço Público e a Constituição Brasileira de 1988. São Paulo: Malheiros. 2003.

JUSTEN, Mônica Spezia. A noção de serviço público no direito europeu. São Paulo: Dialética, 2003.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

PEREIRA, César A. Guimarães. Usuários de serviços públicos: usuários, consumidores e os aspectos econômicos dos serviços públicos. São Paulo: 2. ed Saraiva, 2008.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Dirceu de Mello
Disciplina: Direito Penal Econômico
Núcleo de Pesquisa: Direito Penal
Dia da semana: 5ª feira
Horário: 18h30 às 23h30
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 05
Carga horária: 450 horas
Nível: Doutorado

Ementa:

“Direito Econômico. Direito Penal Econômico. Princípios Constitucionais Básicos. Economia e Mercado. Normas Constitucionais e Infraconstitucionais. Infrações Penais Econômicas e Respectivas Sanções. Considerações Gerais”.

Bibliografia Básica:

Francisco de Assis Toledo - Princípios Fundamentais do Direito Penal;
Luiz Luisi - Princípios do Direito Penal;
Manoel Pedro Pimentel - Direito Penal Econômico;
Eros Grau - Direito Constitucional Econômico;
Vicente Ráo - O Direito e a Vida dos Direitos.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito e do Núcleo de Pesquisa em Direito Penal.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim
Disciplina:	Institutos de processo civil na Constituição Federal: análise com enfoque nas modificações a serem operadas pelo Novo Código de Processo Civil
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A instituição do denominado Estado Democrático e Social de Direito direciona o operador e pesquisador do direito a compreender as inúmeras garantias insculpidas na Constituição Federal, dentre as quais destacam-se aquelas de cunho processual. As denominadas ações constitucionais entremostam-se não somente como meras ações judiciais à disposição do jurisdicionado. Trata-se, na verdade, de verdadeiras garantias constitucionais tendentes a implementar e concretizar o principal escopo da vigente Carta Constitucional de 1988, a saber, a busca pelo respeito aos denominados direitos fundamentais. Serão objeto de análise, nesta disciplina, a jurisdição constitucional, bem como as ações constitucionais disciplinadas pela Constituição Federal e reguladas por legislação infraconstitucional. Daí a necessidade dessas garantias serem investigadas a partir das inovações a serem operacionalizadas pelo Projeto de Lei do Novo Código de Processo Civil, dado o seu caráter de norma geral em relação ao sistema processual brasileiro.

Bibliografia Básica:

ALEXY, Robert. Teoría de los derechos fundamentales. Madrid: Centro de Estudios políticos y Constitucionales, 2002.

BARROSO, Luis Roberto. O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2004.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, mandado de injunção, habeas data, ação direta de inconstitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental, o controle incidental de normas no direito brasileiro. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdição Constitucional: o controle abstrato de normas no Brasil e na Alemanha. São Paulo: Saraiva, 1996.

VIGORITI, Vincenzo. Interesse collettivi e processo. Milão: Giuffrè, 1979.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Elizabeth Nazar Carrazza
Disciplina: A Efetividade do Sistema Constitucional Tributário
Núcleo de Pesquisa: Direito Tributário
Dia da semana: 3ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

A pesquisa abordará a efetividade do Direito Tributário em sua mais expressiva essência, que é a constitucional. Para tanto, será esmiuçado o sistema constitucional tributário, com ênfase nos princípios, nas normas gerais em matéria de legislação tributária, nas competências tributárias, nas limitações ao poder de tributar e na possibilidade de utilização dos mecanismos tributários na promoção do desenvolvimento econômico, político e social, bem como na proteção do meio ambiente, do mínimo vital e da dignidade da pessoa humana.

Bibliografia Básica:

Curso de Direito Constitucional Tributário - Roque Antonio Carrazza (27ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 2011).

Reflexões sobre a Obrigação Tributária - Roque Antonio Carrazza (Editora Noeses, São Paulo, 2010).

Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar - Aliomar Baleeiro (7ª edição, Forense, Rio de Janeiro, 1997).

Curso de Direito Tributário - Paulo de Barros Carvalho (20ª edição, Saraiva, São Paulo, 2008).

Hipótese de Incidência Tributária - Geraldo Ataliba (6ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 2008).



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Estevão Horvath
Disciplina: Efetividade do Direito Tributário na
Constituição
Núcleo de Pesquisa: Direito Tributário
Dia da semana: 5ª feira
Horário: 08h00 às 12h00
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Dentro da linha de pesquisa “efetividade do direito público e limitação da atividade estatal”, estudar-se-á o Direito Tributário na constituição como servindo de limite à atuação Tributária Estatal, a segurança jurídica como limite genérico e as diversas alterações à constituição e sua repercussão no Estado de Direito.

Bibliografia Básica:

ATALIBA, Geraldo. *República e Constituição*.

BALEEIRO, Aliomar. *Direito Tributário Brasileiro* (com atualização de Misabel Derzi).

BECKER, Alfredo Augusto. *Teoria Geral do Direito Tributário*.

CARRAZZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário*.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Fabiana Del Padre Tomé
Disciplina:	Linguagem jurídica e constructivismo lógico-semântico
Núcleo de Pesquisa:	Direito Tributário
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h:00 às 23h:00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O constructivismo lógico-semântico pode ser visto como rigorosa elaboração da metodologia sintática e semântica do direito. Essa concepção filosófica possibilita edificar uma teoria das normas bem estruturada em termos lógicos, discutida e esquematizada no nível semântico e com boas indicações para um desdobramento pragmático. Tudo isso, considerando que a positivação do direito se opera mediante a presença indispensável da linguagem, num contexto de crenças, idéias e convicções, decorrentes dos valores dos sujeitos que integram a sociedade. Trata-se, portanto, de um estudo hermenêutico-analítico do direito, em que se dirige a atenção aos dados lingüísticos (linguagem jurídico-normativa), fazendo uso das categorias lógico-semânticas do texto prescritivo e analisando a norma jurídica na sua inteireza conceptual, mas que, por outro lado, também considera a necessidade premente de o discurso teórico propiciar a compreensão da concretude empírica do direito posto.

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito tributário, linguagem e método*. 4ª ed. São Paulo: Noeses, 2011.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Loyola, 1996.
- ROBLES MORCHON, Gregorio. *Teoria del derecho: fundamentos de teoria comunicacional del derecho*. Madrid: Civitas, 1998.
- TOMÉ, Fabiana Del Padre. *A prova no direito tributário*. 3ª ed. São Paulo: Noeses, 2011.
- VILANOVA, Lourival. *Escritos jurídicos e filosóficos*. São Paulo: Axis Mundi, 2003.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Francisco José Cahali
Disciplina:	Arbitragem e Mediação – Meios alternativos de solução de conflitos
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Adaptando-se à nova realidade mundial, o sistema jurídico brasileiro já encontra à sua disposição meios alternativos de solução de conflitos, e nesta linha, pretende-se promover o estudo mais aprofundado sobre, dentre outros, a mediação e arbitragem para a tutela das relações jurídicas privadas.

Bibliografia Básica:

CAHALI, Francisco José. *Curso de Arbitragem*. São Paulo: RT, 2011.

CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e Processo*. São Paulo: Atlas, 2009.

GROSMAN, Claudia Frankel e MANDELBAUM, Helena Gurfinkel (Coordenadoras), *Mediação no Judiciário*. São Paulo: Primavera Editorial, 2011.

Revista Brasileira de Arbitragem do Comitê Brasileiro de Arbitragem. São Paulo: Síntese e CBAr.

WALD, Arnaldo (Coordenador). *Revista de Arbitragem e Mediação*. São Paulo: RT



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Francisco José Cahali
Disciplina:	Direito de Família e Sucessões na Atualidade
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Acompanhada em parte as transformações sociais, nos últimos tempos, o Direito de Família e Sucessões mereceu expressivas modificações legislativas, e experimentou precedentes transformadores, apontando nova realidade como, dentre outras, a Emenda Constitucional 66/2010, casamento homoafetivo, reconhecimento de dupla maternidade etc.. Verifica-se o amadurecimento doutrinário, mas ainda oscilante jurisprudência a respeito destas inovações a reclamar detida reflexão de sua repercussão, em especial ao se completar 10 anos de vigência do Código Civil.

Bibliografia Básica:

Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões - Ed. Magister - IBDFAM;

CAHALI, Francisco José e HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Direito das Sucessões, 4a ed. São Paulo: RT, 2012.

CAHALI, Yussef Said. Dos Alimentos, 7a ed.. São Paulo: RT, 2012.

CAHALI, Yussef Said. Separações Conjugais e Divórcio, 12a ed. da obra Divórcio e Separação. São Paulo: RT, 2011.

GAGLIANO, Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona Filho. O Novo Curso de Direito Civil - Volume VI - Direito de Família. São Paulo: Saraiva, 2011.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Gabriel Benedito Issaac Chalita
Disciplina:	Argumentação Jurídica: Ética e Retórica
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	07h:30 às 12h:30
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

O objetivo do curso é dialogar aspectos filosóficos e práticos do processo jurídico sob a ótica da argumentação. A retórica e as suas funções persuasiva, hermenêutica, heurística e pedagógica, na história do Direito, serão tratadas de forma a cotejá-las com as questões contemporâneas.

Bibliografia Básica:

PERELMAN, Chaïm. *Tratado de Argumentação - A Nova Retórica*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. 2. ed. Tradução de. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito e do Núcleo de Pesquisa em Filosofia do Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Gilson Delgado Miranda e Patrícia Miranda Pizzol
Disciplina:	O consumidor em juízo: temas atuais da tutela jurisdicional
Núcleo de Pesquisa:	Direito Difusos e Coletivos
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina analisará a atuação eficaz do consumidor em juízo sob o enfoque dos temas atuais de processo, à luz, principalmente, das recentes alterações do Código de Processo Civil. Serão abordados os princípios processuais constantes da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional pertinentes à tutela jurisdicional do consumidor (devido processo legal, inafastabilidade do controle jurisdicional, contraditório e ampla defesa etc.); e mais: os principais aspectos da tutela antecipada (art. 273), da tutela específica (arts. 461, 461-A do CPC e art. 84 do CDC), do cumprimento de sentença (Lei n. 11.232/05 e o CDC), da nova execução civil (Lei n. 11.382/06 e o CDC), da execução contra a Fazenda Pública (arts. 730 e 731 do CPC e art. 100 da CF), da teoria geral dos recursos, da súmula vinculante, da repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, dos recursos repetitivos em matéria de consumidor, dos limites dos embargos infringentes, do Juizado Especial Cível, entre outros.

Bibliografia Básica:

GRINOVER, Ada Pellegrini et alii. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 8 edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MARINONI, Luiz Guilherme. *A tutela específica do consumidor. In Estudos em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover*



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM** **DIREITO**

[organização Flávio Luiz Yarshell e Maurício Zanoide de Moraes]. São Paulo: Editora DPJ, 2005.

MEDINA, José Miguel Garcia; CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo; CERQUEIRA, Luis Otávio Sequeira de; Gomes Junior, Luiz Manoel. *Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais [estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier]*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2008.

MIRANDA, Gilson Delgado; PIZZOL, Patricia Miranda. *Recursos no processo civil*. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2009.

NERY JUNIOR, Nelson. *Princípios do processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo*. 9ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. *Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor*. 10ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Giovanni Ettore Nanni
Disciplina: Fundamentos Gerais do Direito Civil -
Teoria do Negócio Jurídico
Núcleo de Pesquisa: Direito Civil
Dia da semana: 5ª feira
Horário: 08h00 às 12h00
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

O plano de estudos objetiva analisar os fundamentos gerais do Direito Civil e da teoria do negócio jurídico. Serão pesquisados, mediante investigação crítica e sistemática de diversos institutos, os aspectos e conceitos estruturais do tema. Entre os pontos a serem debatidos: conceito e classificação de negócio jurídico; teoria tricotômica; princípios fundamentais; declaração negocial; objeto, causa e forma do negócio jurídico; representação; assuntos correlatos: ato jurídico stricto sensu, negócio indireto, negócio fiduciário, negócio de acerto, relação negocial de fato; interpretação; invalidade; prescrição e decadência.

Bibliografia Básica:

- ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito civil: teoria geral, vol. 2: ações e fatos jurídicos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Negócio jurídico e declaração negocial: noções gerais e formação da declaração negocial. São Paulo: [s.n.], 1986.
- AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Negócio jurídico: existência, validade e eficácia. 4. ed. 5. tir. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CORDEIRO, António Menezes. Tratado de direito civil português. 2. ed. Coimbra: Livraria Almedina, v. 1, tomo 1, parte geral, 2000.
- GALGANO, Francesco. El negocio jurídico. Tradução de Francisco de P. Blasco Gascó e Lorenzo Prats Albentosa. Valencia: Tirant Lo Blanch, 1992.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Guilherme de Souza Nucci
Disciplina:	Direito Penal Fundamental
Núcleo de Pesquisa:	Direito Penal
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Princípios constitucionais do Direito Penal e teoria do crime. Tipicidade e legalidade. Ilicitude formal e material. Culpabilidade e dignidade da pessoa humana. Elemento subjetivo do crime, responsabilidade penal objetiva e princípio constitucional da culpabilidade. Ação, omissão e nexos causal. Erro de tipo e erro de proibição. Análise crítica das descriminantes putativas. Excludentes de tipicidade, ilicitude e culpabilidade. Princípios constitucionais da responsabilidade pessoal e individualização da pena no contexto da imputabilidade penal.

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Teoria geral do delito.

NUCCI, Guilherme de Souza. Princípios constitucionais penais e processuais penais.

_____. Manual de direito penal.

ROXIN, Claus. Derecho penal - parte general.

WELZEL, Hans. Derecho penal alemán.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Heloisa Hernandez Derzi
Disciplina:	Envelhecimento Ativo no Século XXI: Proteção Social e os desafios a serem enfrentados. Estudo Comparado: Brasil- Espanha
Núcleo de Pesquisa:	Direito Previdenciário
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A presente disciplina tem por finalidade oferecer um estudo sistemático da Proteção Previdenciária da Idade Avançada no Brasil. Análise das questões relacionadas ao Envelhecimento da população brasileira e sua proteção pela Seguridade Social, em especial pela Previdência Social. Problemas atuais e futuros dos sistemas previdenciários: Gestão e Financiamento do risco por idade avançada. Proteção, Inclusão e Políticas Públicas para Trabalhadores em Idade Avançada. Estudo comparativo da Proteção à Velhice pelo Sistema de Seguridade Social Espanhol e Brasileiro. A Proteção Social da Dependência na Comunidade Européia e Espanha em especial.

Bibliografia Básica:

DERZI, Heloisa Hernandez. Os beneficiários da pensão por morte. São Paulo: Lex, 2004.

LÓPEZ CUMBRE, Lourdes (Coord.). Tratado de Jubilación Homenaje al Profesor Luis Enrique de la Villa Gil con motivo de su jubilación. Madrid: Iustel, 2007.

MALDONADO MOLINA, Juan Antonio. La Protección de la Vejez en España. Valencia: Tirant, 2002.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Ivo Waisberg
Disciplina: Direito Bancário: Empresa, Crédito e Mercado Financeiro
Núcleo de Pesquisa: Direito Comercial
Dia da semana: 2ª feira
Horário: 08h00 às 12h00
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

A disciplina visa compreender o importante elemento da concessão de crédito em suas várias modalidades pelas instituições financeiras, e em especial pelas instituições bancárias, como fator essencial da atividade empresarial. O estudo se baseará no exame dos princípios e regras que norteiam concessão do crédito e a atuação das instituições financeiras na relação com empresários e consumidores e da regulação do Sistema Financeiro Nacional no tocante ao crédito, bem como na análise de algumas das principais operações de crédito, discutindo a sua interpretação jurisprudencial. A disciplina explorará a interdisciplinaridade entre Direito e Economia, analisando temas como a moeda, a estrutura do sistema financeiro, a jurisprudência sobre os encargos bancários e questões de responsabilidade civil no mercado financeiro.

Bibliografia Básica:

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. Vol. 3. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GALBRAITH, John Kenneth. Moeda, De Onde Veio, Para Onde Foi. Trad. Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Pioneira, 1997.

MACEY, Jonathan R.; MILLER, Geoffrey P.; CARNELL, Richard Scott. Banking law and regulation. 3th. New York: Aspen Law & Business, 2001.

SADDI, Jairo. Crédito e Judiciário no Brasil. Uma análise de Direito e Economia. São Paulo: Ed. Quartier Latin, 2007.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

SALOMÃO NETO, Eduardo. Direito Bancário. 5ª edição, 2ª reimpressão.
São Paulo: Atlas, 2005.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	João Batista Lopes
Disciplina:	Sistema de recursos no CPC e no Projeto do Novo CPC
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	3º feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A mudança no sistema de recursos é tema recorrente, como o demonstram as monografias e artigos doutrinários dos últimos dez anos. A doutrina e a jurisprudência apresentam panorama de contrastes de que decorre insegurança na atuação dos profissionais no dia a dia forense. O Projeto de Novo CPC, em trâmite na Câmara dos Deputados, avança em muitos aspectos, mas suscita questões que exigem reflexão e debate. A partir da análise da legislação vigente, procurar-se-á apresentar propostas concretas para aprimoramento do sistema e enfrentar o panorama de morosidade processual que a todos preocupa.

Bibliografia Básica:

COMOGLIO, Luigi Paolo; FERRI, Corrado e TARUFFO, Michele. Lezioni sul processo civile. 2ª.ed. Bolonha: Il Mulino.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Comentários ao CPC. Rio: Forense, 2003.

NERY JUNIOR, Nelson. Teoria geral dos recursos. 6ª. ed. São Paulo: RT, 2004.

LIMA, Alcides de Mendonça. Introdução aos recursos cíveis. 2ª Ed. Rio: Forense, 1976.

LOPES, João Batista. Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Atlas, 2006.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: José Artur Lima Gonçalves
Disciplina: Dimensão Constitucional do Tributo -
Delimitação da Atividade Estatal
Núcleo de Pesquisa: Direito Tributário
Dia da semana: 5ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Direito tributário a partir da noção de sistema / Tributo, República e Cidadania / Fontes de Direito Tributário/lei federal/nacional/lei complementar/o papel do c.t.n. / Hipótese de incidência / regra matriz de incidência/base e materialidade / Competência tributária / repartição constitucional / Imunidades e isenções / Classificação dos tributos / Sujeição passiva / IR / ICMS.

Bibliografia Básica:

ATALIBA, Geraldo. *Sistema Constitucional, Hipótese de Incidência Tributária, República e Constituição*.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário - Sobre os Princípios Constitucionais Tributários*. RDT 55/143. Sujeição Passiva e Responsabilidade. Revista Pós-PUC. 2 v.

GONÇALVES, José Artur Lima. *Imposto sobre a Renda - Pressupostos Constitucionais*. Malheiros, 1997. Lançamento - Meditação Preliminar, in Estudos em Homenagem a Geraldo Ataliba. Ed. Malheiros. Imunidade Tributária, in Imunidade Tributária do Livro Eletrônico. IOB.

SAMPAIO, FERRAZ JR., Tércio. *Introdução ao Estudo do Direito - Segurança Jurídica - Normas Gerais Tributárias*, RDT 17-18/51, ICMS - não cumulatividade e suas exceções constitucionais, RDT 48/14.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	José Manoel de Arruda Alvim Netto
Disciplina:	Negócios jurídicos imobiliários - aspectos reais e obrigacionais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A presente disciplina tem por objeto o exame dos negócios jurídicos imobiliários em seus aspectos reais e obrigacionais, teóricos e práticos. Serão examinados os principais institutos que compõem o Direito e os negócios imobiliários, a partir do sistema constitucional e infraconstitucional brasileiro, criados pelo legislador e fomentados pela doutrina e jurisprudência, em suas vertentes de direito material (civil e econômico) e de direito processual.

Bibliografia Básica:

AGHIARIAN, Hércules. Curso de direito imobiliário. Rio de Janeiro, Lumen Júris, 2010.

ARRUDA, Alvim. Comentários ao Código Civil Brasileiro. Forense: Rio de Janeiro. Vol. XI, Tomo I (Livro Introdutório ao Direito das Coisas), e Tomo II (Comentários aos arts. 1.196 a 1.224), 2009.

AVVAD, Pedro Elias. Direito imobiliário. Rio de Janeiro, Renovar, 2006.

DINIZ, Maria Helena. Sistema de registros de imóveis. São Paulo, Saraiva, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil - Teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. São Paulo, Atlas, 2012.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Luiz Alberto David Araújo
Disciplina:	A igualdade como moto constitucional (no federalismo, na tributação, no processo e no Direito Penal)
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A igualdade é valor constitucional que deve ser perseguido. Assim, ela aparecerá na análise do federalismo, da tributação, da liberdade religiosa, do processo, da educação, da tutela penal, enfim, permeará as estruturas do Estado Brasileiro. A igualdade será estudada em suas diversas manifestações, portanto. O curso visitará a tributação, o processo (civil e penal), a educação, relações de consumo, enfim, discutirá a questão da igualdade sob os seus mais variados prismas. Os vetores da igualdade formal e material serão aferidos para dimensão da aplicação adequada do princípio isonômico.

Bibliografia Básica:

ARAUJO, Luiz Alberto David de. A proteção constitucional das pessoas com deficiência, Corde, Brasília, 4ª. Edição, 2011 (cópia gratuita no site WWW.luizalbertodavidaraujo.com.br no menu free download)

BAUMAN, Zygmunt - Vida em Fragmentos (Sobre a Ética Pós-Moderna), Zahar, Rio de Janeiro, 2011.

BETRÁN, Raúl Susin e Segura, David San Martin (coordenadores) De identidades. Reconocimiento y diferencia em La modernidad líquida, Tiran lo Blanch Alternativa, Valencia, 2008.

CASTEL, Robert. A discriminação negativa. Cidadãos ou autóctones? Vozes, São Paulo, 2008.

MELO, Celso Antonio Bandeira de. O conteúdo jurídico do princípio da igualdade, Malheiros, 3ª. Edição.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

MENEZES, Fernanda Dias. Competências na Constituição Federal de 1.988, Fernanda Dias Menezes de Almeida, Atlas, 2^a. Edição.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Luiz Alberto David Araújo
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - A igualdade como vetor de interpretação
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O valor "igualdade" deve estar presente nas mais diversas técnicas de interpretação, permeando o sistema. O curso pretende estudar os limites da igualdade material, a efetividade da igualdade formal diante da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Luiz Alberto David. *A proteção constitucional das pessoas com deficiência*. Corde, Brasília, 2011, 4ª. Edição, cópia gratuita no site: www.luizalbertodavidaraujo.com.br, menu freedownload.

SARLET, Ingo. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Livraria do Advogado, Porto Alegre, 3ª. Edição, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. WVA., 8ª. Edição, ampliada e revisada, 2010, Rio de Janeiro.

Sex, race and merit. Debating Affirmative Action in Education and Employment, FAYE J. CORSBY AND CHERYL VAN DE VEER, The University of Michigan Press. 2003.

WERNECK, Claudia. *Quem cabe no seu todos?* WVA, 1999, Rio de Janeiro.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Marcelo de O. Fausto Figueiredo
Disciplina:	Evolução da Justiça Constitucional no Brasil e no Direito Comparado
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso destina-se a passar ao aluno uma versão tópica e sistemática dos principais problemas da interpretação e aplicação do direito constitucional prático no mundo contemporâneo, privilegiando o estudo da interpretação constitucional e da jurisdição constitucional no Brasil e no Mundo.

Para isso, enfrenta, como preparação para a discussão de fundo, questões tanto da Teoria da Constituição quanto da Hermenêutica Constitucional para, ao final, analisar, de forma aprofundada, a evolução ocorrida na Justiça Constitucional Brasileira e sua relação com a existente no Direito Comparado, enfrentando semelhanças e diferenças que façam com que entendam os alunos a aproximação ocorrente entre os modelos antes tão diferenciados, e hoje aproximados, existentes no Continente americano, inspirado na judicial review norte-americana e o modelo existente em países europeus, como Portugal, Espanha, Alemanha e França.

Bibliografia Básica:

FIGUEIREDO, Marcelo. O Controle de Constitucionalidade: Algumas Notas e Preocupações. Rio: Forense, 2003. 175-187 p.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Direito Constitucional - Teoria da Constituição - As Constituições do Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 1976. p. 133-141.

MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. A Teoria das Constituições Rígidas. São Paulo: José Bushatsky, 1980. p. 35-63.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

MIRANDA, Jorge. Manual de Direito Constitucional, Tomo II. 3. ed. p. 310-349.

ROMANO, Santi. Princípios de Direito Constitucional Geral. Tradução de Maria Helena Diniz. São Paulo: RT, 1977. p. 42-55.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Marcelo Gomes Sodré
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Uma visão filosófica dos direitos difusos materiais
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina obrigatória)
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem como objetivo refletir, do ponto de vista filosófico, sobre o surgimento dos direitos difusos materiais, seu contexto histórico, teórico e conseqüências. Para tanto, será dado destaque especial à problemática que envolveu o surgimento do direito ambiental e do direito do consumidor. As perguntas básicas que se buscará responder são: o que são direitos difusos materiais? Em qual contexto histórico surgiram? Como construir um fundamento filosófico/conceitual para os direitos difusos materiais? Tais direitos são frutos da chamada pós-modernidade? Existe uma relação entre o processo de globalização e o surgimento dos direitos difusos? Como o direito deve tratar o tema do risco na sociedade contemporânea?

As aulas abordarão, por meio da leitura de textos e debates em sala de aula, os seguintes temas: a sociedade pós-moderna e o direito; o processo de globalização e o direito; a sociedade de risco e o direito; a sociedade de consumo e o direito; fundamentos filosóficos na formação do direito ambiental e do direito do consumidor; natureza material dos direitos difusos; os bens difusos protegidos; a relação entre direitos difusos e direitos fundamentais; a posição dos direitos difusos no concerto geral da ciência do direito; direitos difusos e políticas públicas; judicialização dos conflitos sociais e conflitos entre direitos difusos.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto - "A Era dos Direitos".

BECK, Ulrich - "Sociedade de Risco".

JONAS, Hans - "O princípio responsabilidade".

LIPOVETSKY, Gilles "A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo".

SARLET, Ingo Wolfgang. "Perspectiva histórica: dos direitos naturais do homem aos direitos constitucionais fundamentais e a problemática das assim denominadas dimensões dos direitos fundamentais".



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Marcelo Souza Aguiar
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Os Direitos Fundamentais e o Direito como Sistema Aberto
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	1º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Enfoques da disciplina: os direitos fundamentais, como posituação dos valores ético-morais, representam, em ato, a garantia da dignidade da pessoa humana, e em potência, a evolução do próprio conceito de dignidade como conquista histórica. O desafio reside em perceber a dimensão histórico-axiológica dos direitos fundamentais, como categoria filosófica objetiva/subjetiva, que é conquista da sociedade, por meio da evolução ético-moral e, nesta exata medida, afirmação da condição humana naquilo que é da essência antropológica do Homem. Assim, O sistema jurídico, ordenado pelos direitos fundamentais, é dialeticamente aberto pois em cada momento traz em si o gérmen da negação e da superação do que está positivado, sobretudo em vista da interação entre a Filosofia do Direito, a Dogmática Jurídica e a Jurisprudência como atividade prática. E toda esta atividade na esteira da globalização e da mundialização do Direito.

Bibliografia Básica:

Delma-Marty, Mireille. *La Refondation des Pouvoirs - Les forces imaginantes du droit*. Édition Du Seuil, Paris.

Goyard-Fabre, Simone. *Os Princípios Filosóficos do Direito Político Moderno*. Martins Fontes.

Barroso, Luiz Roberto. *A Nova Interpretação Constitucional*. Renovar.

Larenz, Karl. *Metodologia da Ciência do Direito*. Calouste Gulbekian.

Cannaris, Claus. *O Pensamento Sistemático e o Conceito de Sistema na Ciência do Direito*. Calouste Gulbekian.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Márcia Cristina de Souza Alvim
Disciplina:	Educação, Metodologia e Didática do Ensino Superior em Direito
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	1º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A presente disciplina tem por objetivo repensar o papel do professor na Universidade, discutir o processo de aprendizagem no ensino superior e discutir a pesquisa científica através de uma reflexão crítica da Ciência do Direito.

As aulas serão realizadas de forma expositiva e seminários, possibilitando ao aluno utilizar as diversas técnicas para repensar a didática em sala de aula.

Bibliografia Básica:

Delma-Marty, Mireille. *La Refondation des Pouvoirs - Les forces* AGUILLAR, Fernando Herren. *Metodologia da Ciência do Direito*. São Paulo: Max Limonad, 1996.

ADEODATO, João Maurício. *Ética e Retórica*. São Paulo: Saraiva, 2002.

ALVES, Rubem. *Por uma Educação Romântica*. Campinas: Papirus Editora, 2002.

ARRUDA ARANHA, Maria Lucia de. *História da Educação*. 2ª ed., São Paulo: Moderna, 2002.

BUARQUE, Cristovam. *A Aventura da Universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

CARNEIRO, Moaci Alves. *LDB Fácil*. 4ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

CHALITA, Gabriel B. I. *Vivendo a Filosofia*. São Paulo: Atual, 2002.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Márcio Cammarosano
Disciplina:	Fundamentos Constitucionais do Direito Administrativo: legalidade, moralidade e probidade
Núcleo de Pesquisa:	Direito Administrativo
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	18h30 às 23h30
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

A interpretação e aplicação das normas infraconstitucionais que compõem o direito administrativo devem ser levadas a efeito à luz do sistema constitucional, adquirindo especial relevo os conceitos de legalidade, moralidade e probidade, em face mesmo da legislação em vigor e das tendências jurisprudenciais na matéria.

Bibliografia Básica:

CAMMAROSANO, Márcio. O Princípio Constitucional da Moralidade e o Exercício da Função Administrativa. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2007.

FIGUEIREDO, Marcelo. Probidade Administrativa. Comentários à lei 8429/1992. Editora Malheiros - 6º Edição.

GIACOMUZZI, José Guilherme. A moralidade administrativa e a boa-fé da Administração Pública. São Paulo: Malheiros, 2002.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Editora Malheiros, 29 edição.

OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. Improbidade Administrativa e sua autonomia constitucional. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito e do Núcleo de Pesquisa em Direito Administrativo.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Márcio Pugliesi
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - a conjectura sistêmica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga Horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Tomando por base os textos de Lemoigne e Pugliesi estabelecer os conceitos de funcional estruturalismo e estrutural funcionalismo e suas implicações para a construção de teorias sociais, em particular, a do Direito, enfocando alguns pontos básicos.

- O conceito de ordenamento;
- O conceito de função e o de estrutura;
- o conceito de sistema aplicado ao ordenamento;
- construção do modelo;
- Detalhamento da arquitetura de um ordenamento jurídico;
- Aspectos dinâmicos de um sistema normativo.

Bibliografia Básica:

BUCKLEY, Walter. *A Sociologia e a Moderna Teoria dos Sistemas*. São Paulo: Cultrix, 1967. cap. 2 até p. 44.

DELATTRE, Pierre. *Teoria dos Sistemas e Epistemologia - A Regra do Jogo*. Lisboa, 1981.

LEMOIGNE, Jean-Louis. *A Teoria do Sistema Geral - Teoria Geral da Modelização*. Lisboa: Instituto Piaget. Cap. 2, 9 e 10

NEVES, Marcelo. *Inconstitucionalidade das Leis*. São Paulo: Saraiva. Cap. 1 e 2.

PUGLIESI, Márcio. *Teoria do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Márcio Pugliesi
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Problemas filosóficos e éticos e o Direito da sociedade globalizada
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga Horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A partir do conceito de sujeito, ao longo da História da Filosofia, apresentar as alterações do sistema produtivo e do Direito. Apresentar as condições e contradições sistêmicas do capitalismo tardio e, tendo em conta o atual período de transição nos modos de produção, encaminhar uma prospecção do que será o Direito no futuro próximo.

Bibliografia Básica:

PUGLIESI, Márcio. Filosofia Geral e do Direito. São Paulo: Saraiva, prelo.

WEBER, Max. Economia Y Sociedad - Fondo de Cultura Economica. México, 1985.

Comentadores - textos a indicar em aula.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Marco Antônio Marques da Silva
Disciplina:	Processo Penal Constitucional e Dignidade Humana
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Penal
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	18h30 às 23h30
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

O estudo do processo penal não pode mais ser efetivado sem a análise constitucional, levando em conta as mudanças ocorridas na sociedade e que influenciaram o pensamento jurídico - penal. Institutos foram valorizados em face dos princípios constitucionais que norteiam o processo e o direito penal. A transdisciplinariedade tem marcado as relações entre os diversos campos do direito, em especial aqueles que tem ligação direta com os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana, fundamento do nosso Estado Democrático de Direito.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Luiz Alberto David e NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano - Curso de Direito Constitucional, 12ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

FERNANDES, Antonio Scarance - Processo Penal Constitucional. 5ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

GARCÍA, Glória Maria Galleno. Sobre el Concepto y Fundamento de la Dignidade Humana. In Derecho Penal Liberal y Dignidad Humana. Coordenador: Fernando Velásquez Velásquez. Bogotá: Editorial Temis S.A., 2005.

MIRANDA, Jorge. Manual de Direito Constitucional. Coimbra: Coimbra Editora, 2008.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

SILVA, Marco Antonio Marques da & MIRANDA, Jorge (Coordenação).
Tratado Luso - Brasileiro da Dignidade Humana, 2ª edição. São Paulo:
Quartier Latin, 2009.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito e do Núcleo de Pesquisa
em Direito Processual Penal.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Marcus Elidius Michelli de Almeida
Disciplina: Contratos Empresariais - Cláusulas
Contratuais nos Contratos Empresariais -
mecanismos para se evitar conflitos
Núcleo de Pesquisa: Direito Comercial
Dia da semana: 3ª feira
Horário: 08h00 às 12h00
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Estudo dos princípios e regras que norteiam a formação dos contratos em geral, bem como análise de alguns dos principais contratos empresariais, discutindo a sua redação e interpretação como forma de evitar conflitos.

Bibliografia Básica:

- COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. 5ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005. v.3.
- CAHALI FILHO, Yussef (coordenador). Contratos Nominados. São Paulo: Ed. Saraiva, 1995.
- COMPARATO, Fábio Konder. Tratado teórico e prático dos contratos. São Paulo: Ed. Saraiva, 1993. v.1 a 5.
- FORGIONI, Paula Andrea. Teoria Geral dos Contratos Empresariais. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009.
- GALGANO, Francesco. Trattato di Dirritto Commerciale e di Dirritto Pubblico dell'Economia. Padova: CEDAM, 1977, v.1.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Maria Celeste C. Leite Santos
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Direito, Poder e Justiça: o Ordenamento Jurídico
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Nosso ponto de partida funda-se não na razão de uma certa justiça, mas no sentimento da JUSTIÇA. Tantas têm sido as diferentes teorias da Justiça e sua viabilidade que se torna um problema determinar-se cientificamente o seu conceito. Não se trata apenas de perguntar, no âmbito do Direito, pelo justo, mas de fazer uma pergunta fundamental que afeta a própria essência do indivíduo: se o indivíduo deseja a Justiça; se pretende justificar sua conduta apelando para os atos de outros ou às normas de Direito Positivo com o qualificativo de "justas". Estas diferentes expressões de um denominador comum nos faz pensar que estamos ante algo mais que uma certa aspiração de incluir uma medida de ordem em nossas relações sociais.

O curso visa demonstrar que o Direito representa um modelo de ordem e que como arquétipo de nossa conduta não pode ser ao mesmo tempo, a expressão de qualquer tipo de ordem. A ordem que o homem persegue é a que simboliza a Justiça! A posição dita "neutra" sobre o Direito Positivo não mais satisfaz ao jurista que eleva sua voz frente ao Poder criado e amparado em formalismos legais e normas radicalmente injustas.

Bibliografia Básica:

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito. Técnica, decisão, dominação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

KELSEN, Hans. *A Ilusão da Justiça*. Trad. Sergio Tellaroli. São Paulo: Martins Fontes, 2000. KELSEN, Hans. *Que es Justicia?* Trad. Albert Casamiglia. Barcelona: Ariel, 1982.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

KELSEN, Hans. *Teoria pura do Direito*. Trad. João B. Machado. Coimbra: Armênio Amado, 1976.

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. *Poder Jurídico e Violência Simbólica Problemas do PODER na Obra Póstuma de Hans Kelsen*. São Paulo: Cultural Paulista, 1985.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Maria Celeste C. Leite Santos
	Filosofia do Direito I - A Filosofia Jurídica nos Desafios Contemporâneos: Ética, Bioética e Biodireito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A ciência tem mudado muitas coisas. A esquecida Filosofia Ética que representa o que há de mais profundo no pensamento jurídico renasce, notadamente aplicada ao Direito e à questão da Justiça. Seu estudo está a exigir o denominado "pensamento complexo". A teoria da complexidade é uma teoria que pode conviver com os fenômenos das Ciências da vida e também com os sociais, mas não no mesmo nível. Existe uma concepção básica que defende a idéia de autonomia da organização e da relação. O termo "complexo" deve ser tomado em seu sentido original, que significa "aquilo que forma um conjunto". Não é questão de destruir as disciplinas, mas de demonstrar que elas fazem parte de um conjunto abrangente: a Filosofia do Direito.

O Curso tem por objetivo investigar o Biodireito como uma das estruturas de controle e diretriz social, mediante o exame de seus instrumentos filosóficos, bioéticos e sua interação com os modernos avanços biotecnológicos. Em sua primeira parte, basicamente introdutório, versa sobre a Bioética, parte da Ética, ramo da Filosofia que enfoca as questões da vida humana e da saúde. A Bioética, tendo a vida como objeto de estudo, trata também da morte (inerente à vida).

A segunda parte do curso cuida, especificamente do denominado Bio-Direito ou "Bio-Juris", termo usado por Aristóteles (Ética a Nicômaco) e apresentado por nós em 1988. Sendo a Bioética pré-legal, e verificando-se as limitações dos textos jurídicos clássicos, que não apresentam soluções imediatas para as inovações biotecnológicas, torna-se premente uma reflexão jurídica conjunta para os dilemas



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

inerentes às múltiplas e possíveis transformações da espécie humana. Essa é a razão pela qual este curso pretende abordar o programa que se segue, buscando efetivas e adequadas propostas legislativas. Tendo em vista que o ordenamento jurídico concreto está em constante mutação, como uma realidade viva em pleno desenvolvimento, lembramos a frase de Benjamin Cardoso de que: "O direito deve ser estável, mas não pode ser estático."

Bibliografia Básica:

CASABONA, Carlos Maria Romeo. *Del Gen al Derecho*. Colômbia: Univ. Externado de Colômbia, 1996.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do Direito. Técnica, decisão, dominação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

NINO, C.S. *Ética y derechos humanos - Un ensayo de fundamentación*. Buenos Aires: Astrea, 1989.

REICH, W. T. *Encyclopedia of bioethics*. Nova York: Free Press, 1978.

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. *Imaculada concepção - Nascendo "in vitro" e morrendo "in machina"*. São Paulo: Acadêmica, 1993.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Maria Garcia
Disciplina: Teoria da Constituição - Direito Constitucional I
Núcleo de Pesquisa: Direito Constitucional
Dia da semana: 5ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Trata-se da crítica da Teoria da Constituição, da Teoria do Poder Constituinte e da Defesa da Constituição, com aportes do Direito Constitucional Comparado.

Bibliografia Básica:

J. J. Gomes Canotilho, "Direito Constitucional e Teoria da Constituição";
Konrad Hesse, "A Força Normativa da Constituição";
Karl Loewenstein, "Teoria De La Constitución";
Celso Bastos, "Curso de Direito Constitucional";
J. H. Meirelles Teixeira, "Curso de Direito Constitucional".



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Maria Helena Diniz
Disciplina: Ordenamento jurídico e sistema
Núcleo de Pesquisa: Obrigatória para todos os alunos do
Doutorado em Direito.
Dia da semana: 2ª feira
Horário: 07h30min às 12h30min
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 05
Carga Horária: 450 horas
Nível: Doutorado

Ementa:

Análise da: teoria do ordenamento jurídico e do sistema como instrumento lógico da construção científico-jurídica; questão da plenitude e consistência do sistema; dinâmica do sistema; idéia de sistema nas várias correntes jusfilosóficas, salientando o papel da ciência jurídica e da sua linguagem e a questão da unidade sistemática das normas.

Bibliografia Basica:

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*, 1991.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. *Teoria da norma jurídica*, 1998.

_____. *Conceito de sistema no direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 1962.

VILANOVA, Lourival. *Estruturas lógicas e sistema de direito*, 2005.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Maria Helena Diniz
Disciplina: Novas Técnicas Contratuais
Núcleo de Pesquisa: Direito Civil Comparado
Dia da semana: 3ª feira
Horário: 08h:00 às 12h:00
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

O curso versará sobre novos contratos no direito privado brasileiro e no direito comparado, sem olvidar dos princípios da liberdade contratual, da função social dos contratos, da boa fé objetiva, da equivalência contratual e da dignidade da pessoa do contratante, da formação dos contratos internacionais e do critério da determinação da competência internacional.

Bibliografia Básica:

DINIZ, Maria Helena. Tratado teórico e prático dos contratos. São Paulo: Saraiva, 2006. 5 v.

_____. Curso de direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 3.

_____. Lei de introdução ao Código Civil brasileiro interpretada. São Paulo: Saraiva, 2007.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2005. v. 3.

RODRIGUES, Silvio. Curso de direito civil - contratos. São Paulo: Saraiva, 2007.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Miguel Horvath Júnior
Disciplina: Benefícios Previdenciários à Luz da Efetividade da Proteção Social
Núcleo de Pesquisa: Direito Previdenciário
Dia da semana: 4ª feira
Horário: 08h:00 às 12h:00
Semestre: 1º/2013
Crédito correspondente: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Direito social. Efetividade dos direitos sociais. Proteção social à luz do constitucionalismo social. Teoria do risco social (riscos sociais e contingências sociais). Classificação do grupo previdenciário protegido. Dano presumido e dano real. Prestações previdenciárias - benefícios e serviços - diferenças. Estudo dos benefícios previdenciários previstos no ordenamento pátrio à luz da efetividade.

Bibliografia Básica:

Direitos Fundamentais Sociais. CRISTINA QUEIROZ. Coimbra. Ed Coimbra 2006;

El concepto de derecho sociales fundamentales. RODOLFO ARANGO. Bogotá. Ed. Legis, 2005.;

Sistema de Seguridade Social. WAGNER BALERA. São Paulo: Ed. LTr, 6 ed. 2012.

Direito Previdenciário. MIGUEL HORVATH JÚNIOR. São Paulo: Ed. Quartier Latin, 9 ed. 2012;

O Poder Judiciário e as Políticas Públicas Previdencia'rias. GISELLE DE AMARO FRANÇA. São Paulo: LTr.2011.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Nelson Luiz Pinto
Disciplina: Processo Constitucional nos Tribunais Superiores (Civil, Econômico e Tributário)
Núcleo de Pesquisa: Direito Processual Civil
Dia da semana: 4ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Estudo das garantias constitucionais do processo, aplicáveis ao processo judicial e administrativo, em especial nas relações civis, econômicas e tributárias, que objetivam garantir a segurança jurídica, a celeridade e a isonomia, à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Bibliografia Básica:

GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Processo Constitucional e Direitos Fundamentais*. RCS Editores

NERY JUNIOR, Nelson. *Princípios do Processo Civil na Constituição*. São Paulo: RT

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Discrecionalidade e Controle Jurisdicional*. Ed. Malheiros

TAVARES, André Ramos. *Justiça Constitucional, Pressupostos Teóricos e Análises Concretas*. Ed. Forum

CAIS, Cleide Previtalli. *O Processo Tributário*. São Paulo: RT



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Nelson Nazar
Disciplina: Direito das Relações Econômicas e Sociais
- Evolução e Exame no Plano do Direito
Interno e das Relações Internacionais
Núcleo de Pesquisa: Direito Econômico
Dia da semana: 5ª feira
Horário: 19h:00 às 23h:00
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

O objetivo do curso, em síntese, é dar uma visão completa do desenvolvimento jurídico econômico do Estado brasileiro com estudo sistemático da sua estrutura constitucional, seus agentes, instrumentos, mecanismos e sistema da promoção do desenvolvimento econômico com vistas ao bem estar comum. Será realizada uma análise da livre iniciativa e da livre concorrência: repressão ao abuso do poder econômico e concorrência desleal. Sistema brasileiro de defesa da concorrência e dos mercados. A proteção do consumidor. Regimes especiais de mercado: serviços públicos e a atividade reguladora do estado. Direito econômico e seu efeito na sistemática de contratação privada. Sistema Financeiro Nacional - sua estrutura legal e instrumentos. O mercado de produção e de distribuição de bens e serviços.

Bibliografia Básica:

NAZAR, Nelson. *Direito Econômico*. 2. ed., São Paulo: Edipro, 2009.

NAZAR, Nelson. *Direito Econômico e o Contrato de Trabalho*. São Paulo: Atlas, 2007.

CANOTILHO, J.J. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 4. ed., Coimbra: Almedina, 2001.

CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito Constitucional*. Coimbra: Almedina, 1999.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

HART, Herbert L. A. *O Conceito de Direito*. 3. ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

SAYEG, Ricardo e Balera, Wagner. *O Capitalismo Humanista - Filosofia Humanista de Direito Econômico*. Rio de Janeiro: KBR Editora Digital, 2011.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Nelson Nery Junior
Disciplina:	Análise Processual e Constitucional dos Direitos Difusos e Coletivos. Exame Comparativo dos Institutos Constitucionais e do Processo Coletivo
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Examinar os aspectos constitucionais referentes aos Direitos Difusos e Coletivos. Analisar os principais aspectos processuais relacionados à tutela jurisdicional coletiva a partir de uma perspectiva constitucional. Desse modo, o processo coletivo será examinado como instrumento apto a assegurar a concretização de direitos fundamentais. No que se refere ao aspecto metodológico, a análise das ações constitucionais para a tutela dos direitos difusos e coletivos terá por base o pós-positivismo, por consequência, o exame de cada instituto dogmático passará por uma releitura de antigos institutos tais como a norma jurídica e o princípio jurídico.

Bibliografia Básica:

ABBOUD, Georges. *Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais*, SP: RT, 2011.

NERY JUNIOR, Nelson. *Princípios do Processo na Constituição Federal*, 10.ª ed., SP: RT, 2011.

NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria A. *Constituição Federal Comentada e legislação constitucional*, 3.ª ed., SP: RT, 2012.

NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria A. *Código de Processo Civil Comentado*, 12.ª ed., SP: RT, 2012.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

STRECK, Lenio. *Verdade e Consenso: Constituição, Hermenêutica e Teorias Discursivas*, 4.^a ed., SP: Saraiva, 2011.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Oswaldo Henrique Duek Marques
Disciplina:	Criminologia
Núcleo de Pesquisa:	Direito Penal
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso, a partir de pesquisa interdisciplinar, pretende abordar aspectos da Criminologia, relativos aos estudos do crime, do infrator, da vitimologia e do controle social, formal e informal. Serão também analisadas as diversas correntes de política criminal, em visão diacrônica.

Bibliografia Básica:

DIAS, Jorge de Figueiredo e ANDRADE, Manoel da Costa. *Criminologia: o homem delinqüente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora, 1992.

DUEK MARQUES, Oswaldo Henrique. *Fundamentos da Pena*. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

-----*Reflexos Penais do Liberalismo*. In: Revista conhecimento prático filosofia, n. 29. Ed. Escala Educacional.

PABLOS DE MOLINA, Antonio Garcia e GOMES, Luiz Flávio. *Criminologia*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

VERAS, Ryanna Pala. *Nova Criminologia e os Crimes do Colarinho Branco*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Patrícia Miranda Pizzol e Gilson Delgado
Miranda

Disciplina: Tutela Jurisdicional Coletiva

Núcleo de Pesquisa: Direitos Difusos e Coletivos

Dia da semana: 2ª feira

Horário: 08h00 às 12h00

Semestre: 1º/2013

Créditos Correspondentes: 04

Carga horária: 360 horas

Nível: Mestrado

Ementa:

A presente disciplina se destina ao exame da tutela jurisdicional coletiva, abrangendo as regras processuais contidas no Código de Defesa do Consumidor, na Lei da Ação Civil Pública e em outros diplomas legais pertinentes à tutela dos direitos coletivos lato sensu, tais como a Lei da Ação Popular, a Lei do Mandado de Segurança, a Lei do Habeas Data etc. Os temas abordados serão, entre outros: legitimidade ativa e passiva, bem como intervenção de terceiro, assistência e litisconsórcio; competência, conexão, continência, litispendência; petição inicial e resposta do réu; provas no processo coletivo; tutela de urgência nas ações coletivas; sentença e recursos no processo coletivo; coisa julgada; liquidação e execução coletivas; tutela cautelar coletiva; ação civil pública e inquérito civil; ação de improbidade administrativa; ação popular; mandado de segurança coletivo; mandado de injunção coletivo; habeas data coletivo; ação coletiva nos ordenamentos estrangeiros; Código Modelo de Processos coletivos para a Ibero-américa, propostas de alteração legislativa (Lei da Ação Civil Pública, CDC) etc.

Bibliografia Básica:

ARRUDA ALVIM NETTO, José Manoel de; ALVIM, Thereza; ALVIM, Eduardo Arruda; MARINS, James. Código do Consumidor Comentado. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Ações Coletivas na Constituição de 1988. In: Revista de Processo, n. 61/187.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM** **DIREITO**

CAPPELLETTI, Mauro. *Appunti sulla tutela giurisdizionale di interessi collettivi o difusi*. In: *Le azioni a tutela di interessi collettivi*. Padova: Cedam, 1976.

GRINOVER, Ada Pelegrini et alii. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação Civil Pública: em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e dos consumidores (Lei 7,347/85 e legislação complementar)*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor*. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

PIZZOL, Patricia Miranda. *Liquidação nas ações coletivas*. São Paulo: Lejus, 1998.

_____. *A tutela antecipada nas ações coletivas como instrumento de acesso à justiça. Processo e constituição: Estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira*. São Paulo: RT, 2006, p. 86-138 (Coordenação Luiz Fux, Nelson Nery Jr., Teresa Arruda Alvim Wambier).



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Paulo de Barros Carvalho
Disciplina: Tributação e Segurança Jurídica
Núcleo de Pesquisa: Direito Tributário
Dia da semana: 2ª feira
Horário: 19h:00 às 23h:00
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

- Introdução crítica à ciência do direito tributário
- Sobre a definição do conceito de tributo: uma investigação semântica.
- Fontes do direito tributário
- Vigência, validade e interpretação da legislação tributária
- Sistema do direito e princípios tributários
- Imunidades tributárias
- Normas Gerais do Direito Tributário
- A regra-matriz de incidência: hipótese tributária e fato jurídico tributário.
- A regra-matriz de incidência: conseqüente tributária e fato jurídico tributário
- Lançamento e crédito tributário
- Extinção das obrigações tributárias
- Isenções tributárias

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito Tributário Linguagem e Método*. 4.ed. São Paulo: Noeses, 2011.

_____. *Curso de direito tributário*. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

VILANOVA, Lourival. *Estruturas Lógicas e Sistema do direito positivo*. São Paulo: RT, 1977.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Paulo de Barros Carvalho
Disciplina:	Filosofia do Direito I – Lógica deôntico-jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O programa volta-se para o direito positivo, tomado como discurso lingüístico, procurando conhecer seu plano sintático. Firmada essa hipótese de trabalho, detém-se na investigação de suas estruturas formais. Está dividido em três partes: na **primeira**, o foco temático é a linguagem, suas funções, formas e tipos; na **segunda**, as preocupações estão voltadas para noções de lógica clássica, especialmente para o cálculo proposicional, travando breve contacto com a lógica modal alética, capítulo que serve de ponte para atingir-se a dimensão formal da linguagem prescritiva de condutas: a lógica modal deôntica. Há também, nesta segunda parte, conceitos básicos de "teoria das relações". Na **terceira**, o objetivo passa a ser a aplicação das categorias lógicas examinadas, tendo em vista a boa compreensão do sistema empírico do direito positivo. Na medida em que analisa o discurso normativo, com ênfase na instância sintática, o projeto se apresenta como uma contribuição para o estudo semiótica da linguagem jurídica, uma vez esclarecidos os domínios semânticos desta última expressão ("linguagem jurídica").

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito Tributário Linguagem e Método*. 4.ed. São Paulo: Noeses, 2011.
- ECHAVE, Urquijo e Guiboug. *Lógica, proposición y norma*. Buenos Aires: Astrera, 1986.
- VILANOVA, Lourival. *Estruturas Lógicas e Sistema do direito positivo*. São Paulo: RT, 1977.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Paulo de Barros Carvalho
Disciplina: Ordenamento Jurídico e Sistema
Núcleo de Pesquisa: Obrigatória para todos os alunos do
Doutorado em Direito.
Dia da semana: 4ª feira
Horário: 18h50min às 23h50min
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 05
Carga horária: 450 horas
Nível: Doutorado

Ementa:

A forma superior de sistema poderá ser identificada sempre que se observe conjunto de objetos reunidos e organizados segundo referência unitária. Por isso, estudar um sistema qualquer exige a compreensão dos seus elementos, bem como as relações que esses mantenham entre si. Para estudar o sistema de direito positivo será utilizado modelo para análise das normas jurídicas, construído a partir de categorias da teoria geral do direito e potencializado por instrumentos teóricos da filosofia da linguagem e da semiótica. Já o estudo das relações que as normas mantêm entre si, será feito com vista à percepção dos efeitos normativos que projetam. Desta forma, a validade das normas jurídicas, as antinomias, as regras de superação de antinomias, além das técnicas de argumentação, utilizadas na solução de conflitos, serão abordadas como temas decorrentes da especial forma de relação que as normas mantêm entre si no interior do sistema

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito Tributário Linguagem e Método*. 4.ed. São Paulo: Noeses, 2011.
ECHAVE, Urquijo e Guiboug. *Lógica, proposición y norma*. Buenos Aires: Astrera, 1986.
VILANOVA, Lourival. *Estruturas Lógicas e Sistema do direito positivo*. São Paulo: RT, 1977.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Paulo de Barros Carvalho
Disciplina:	Fundamentos Jurídicos da Incidência Tributária
Núcleo de Pesquisa:	Direito Tributário
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

- Revisão crítica da ciência do direito tributário
- Análise das contribuições sociais, definição do conceito de tributo e a classificação jurídica das espécies tributárias.
- Normas de estrutura tributárias e as fontes do direito tributário: o processo fático de produção de normas jurídicas tributárias.
- Sistema do direito e a validade, vigência, eficácia e aplicação das normas tributárias.
- Regras de comportamento, o fenômeno da incidência e aplicação das normas jurídicas tributária.
- Validade, vigência, eficácia e aplicação das normas jurídicas
- Os fatos jurídicos tributário, a prova, as presunções e ficções no direito tributário.
- A relação jurídica tributária
- Lançamento tributário e a estrutura desse ato administrativo
- Axiologia jurídica do Sistema Tributário
- Decadência e prescrição no direito tributário
- Sanções tributárias

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário, linguagem e método. 4.ed. São Paulo: Noeses, 2011.

_____. Direito tributário: fundamentos jurídicos da incidência. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Paulo Sérgio João
Disciplina:	Temas Especiais em Direito Coletivo do Trabalho e a Efetividade dos Direitos Fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Direito do Trabalho
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso terá como enfoque o estudo de Temas Especiais em Direito Coletivo do Trabalho e a Efetividade dos Direitos Fundamentais. A abordagem consistirá no universo das relações coletivas com enfoque especial no exercício da liberdade sindical, a organização sindical e as relações sindicais internas e externas e as transformações do mundo do trabalho em confronto com as disposições legais, objetivando a análise crítica do modelo trabalhista brasileiro como instrumento da efetividade dos direitos fundamentais. Avaliação da crítica dos instrumentos normativos e o exercício de direitos fundamentais na democracia sindical e o exercício da democracia no âmbito empresarial.

Bibliografia Básica:

- RAMALHO, Maria do Rosário Palma. *Direito do Trabalho Parte I - Dogmática Geral*. Coimbra: Almedina, 582 págs.;
- JOÃO, Paulo Sergio. *Participação nos lucros ou resultados das empresas*. São Paulo: Dialética, 1998, 95 págs.
- SUPIOT, Alain. *Au-delà de l'emploi*. Paris: Flammarion, 1999, 321 págs.; *Homo juridicus*. Paris, Seuil, 2005, 329 págs. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALMEIDA, Renato Rua. *A teoria da empresa e a regulação da relação de emprego no contexto da empresa*. In Revista LTr., São Paulo, Vol. 69, nº 5, maio de 2005, págs.573-580;



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Compêndio de Direito Sindical*. 4ª ed. São Paulo: LTr, 2005.

MELO, Raimundo Simão de. *Dissídio Coletivo do Trabalho*. São Paulo: LTr.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Pedro Paulo Teixeira Manus
Disciplina: Direito Processual do Trabalho I -
processo do trabalho fase de conhecimento
e de execução
Núcleo de Pesquisa: Direito do Trabalho
Dia da semana: 2ª feira
Horário: 08h00 às 12h00
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível : Mestrado

Ementa:

A disciplina objetiva fornecer visão geral do processo do trabalho, a fim de atender a maior parcela de alunos, que não têm contato estreito com a matéria, além de enfatizar, a cada tema, os pontos mais polêmicos, tanto na doutrina quanto na visão jurisprudencial, de modo a atender os demais alunos que militam no Direito do Trabalho.

Bibliografia Básica:

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. *Execução no Processo do Trabalho*. Editora Atlas, SP

MANUS, Pedro Paulo Teixeira e ROMAR, Carla Teresa Martins, *CLT e Legislação Complementar em vigor*, Editora Atlas, SP.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. Editora Saraiva, SP.

NERY JUNIOR, Nelson. *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*. Editora RT, SP.

SHIMURA, Sergio. *Título Executivo*. Editora Método, SP.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Regina Helena Costa
Disciplina: Tributação e Direitos Fundamentais
Núcleo de Pesquisa: Direito Tributário
Dia da semana: 2ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 1º/2013
Crédito correspondente: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

O objetivo do curso consiste em oferecer uma visão do estreito relacionamento entre a tributação e o exercício de direitos fundamentais. Serão analisadas as principais interferências no exercício de direitos constitucionalmente disciplinados, tanto no campo da fiscalidade, quanto da extrafiscalidade, por meio de diversos regimes e técnicas de tributação. Assim, constituirá objeto de estudo a relação entre a tributação e as diversas liberdades, o direito de propriedade, os direitos à saúde, à previdência, à assistência social, à educação, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado bem como em relação ao direito do consumidor, dentre outros.

Bibliografia:

PAULO DE BARROS CARVALHO. *Curso de Direito Tributário*, Saraiva.

CARRAZZA, Roque Antonio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*, Malheiros.

BALEEIRO, Aliomar. *Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar*, Forense.

COSTA, Regina Helena. *Curso de Direito Tributário - Constituição e Código Tributário Nacional*, Saraiva.

_____. *Imunidades Tributárias - Teoria e Análise da Jurisprudência do STF*, Malheiros.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Regina Vera Villas Bôas
Disciplina:	A Teoria Geral e os Fundamentos dos Direitos Difusos e Coletivos e a Pós-Modernidade: Diálogo das Fontes
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso pesquisará a construção da Teoria Geral dos Direitos Difusos e Coletivos, denominados de Transindividuais ou Metaindividuais, estudando os fundamentos sociojurídicos dos direitos, a partir de visão interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar. O cenário dos estudos apresentará lições clássicas e da Pós-Modernidade dos direitos, valendo-se, principalmente, da teoria de Edgar Morin sobre o pensamento da complexidade e das lições de Claus Wilhelm Canaris sobre o pensamento sistemático, além de julgados contemporâneos sobre o assunto. Enfocará campos do conhecimento que se comunicam, harmoniosamente, com os direitos, organizando-os para a compreensão do bem comum, face a essa perspectiva de construção. A relevância do Diálogo das Fontes de conhecimento será abordada de maneira a integrar princípios e normas jurídicas do Direito do Consumidor, da Criança e do Adolescente, do Idoso, do Direito Ambiental, dos Direitos das Coletividades e das Minorias, do Direito Privado e do Direito Comunitário, procurando estabelecer comunicação entre estes e os respectivos princípios constitucionais, a partir de visão ética do Direito. Tudo isso, atendendo à linha de pesquisa da "Efetividade dos Direitos de Terceira Dimensão e a Tutela da Coletividade, dos Povos e da Humanidade" e ao projeto "Fundamentos e Efetividade da Tutela dos Direitos Coletivos".



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Bibliografia Básica:

ASCENSÃO, José de Oliveira. *Teoria Geral do Direito Civil* - Vol. IV, Título V, Lisboa, 1993.

_____. *O Direito - Introdução e Teoria Geral*, 11ª Ed., Almedina, 2001.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo XXI, 2000.

CANARIS, Claus Wilhelm. *Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito*. Trad. Antônio Menezes Cordeiro, 3ª ed. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 2002.

CANOTILHO, J.J. Gomes. *Estudos sobre direitos Fundamentais*, 1ª ed., Brasileira, 3ª tiragem, Ed. RT, 2ª ed. Potuguesa Coimbra, 2008.

DE SOUZA SANTOS, Boaventura. *Um discurso sobre as Ciência*, 4ª ed. SP: Ed. Cortez, 2006.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Renan Lotufo
Disciplina:	As Relações Jurídicas Obrigacionais no Novo Código Civil e a Constituição
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A proposta é abordar as Obrigações, que ganham aplicações em todos os ramos do Direito, sob o enfoque da Constituição. A análise será tanto de Direito Comparado; das fontes constitucionais; das propostas das alterações diretas e indiretas do Novo Código Civil e das repercussões no conjunto de normas de Direito Privado.

Bibliografia Básica:

LOTUFO, Renan. Código civil comentado: obrigações; parte geral (arts. 233 a 420), volume 2. São Paulo: Saraiva, 2003.

PERLINGIERI, Pietro. Direito Civil na Legalidade Constitucional. O, Ed. Brasileira Organizada por Maria Cristina de Cicco. Ed. Renovar. Rio de Janeiro. 2008.

BETTI, Emilio. Teoria generale delle obbligazioni. Milano: Giuffrè, 1953-1955. v. 1, v. 2, v. 3, v. 3, 2. parte, v. 4.

LARENZ, Karl. Derecho de obligaciones. Tradução de Jaime Santos Briz. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1958-1959, v. 1 e 2.

NANNI, Giovanni Ettore (Coordenador). Temas Relevantes do Direito Civil Contemporâneo: Reflexões sobre os Cinco Anos do Código Civil Estudos em homenagem ao Professor Renan Lotufo. Ed. 1ª Ed. Atlas. São Paulo. 2008.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Convém que o aluno possa ler textos em italiano e francês.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Renan Lotufo
Disciplina:	Da Responsabilidade Civil na Sociedade Contemporânea
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h:00 às 23h:00
Semestre:	1º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A proposta é mostrar as transformações e evolução do estudo da Responsabilidade Civil, a partir da idéia de Henri Capitant: "A idéia de uma responsabilidade civil, isto é, de uma obrigação de reparar o dano causado, é sem dúvida uma das concepções primeiras do Direito", passando pela evolução, com a teoria do risco e da responsabilidade objetiva, a visão do dano não patrimonial, da responsabilidade por ato lícito, até a aplicação necessária para a proteção ambiental, genética, da comunicação, da informática, etc. As perspectivas de função punitiva e preventiva.

Bibliografia Básica:

"Tratado de la Responsabilidad Civil" de Giovanna Visintini, Ed. Astrea, Buenos aires, 2 volumes.

"Da Inexecução das Obrigações e suas consequências", de Agostinho Alvim, Ed. Saraiva, São Paulo.

"La nuova responsabilità civile", de Carlo Castronuovo, ED. Giuffrè, Milão.

« La Construction de la responsabilité civile », de Suzanene Carval, PUF, Paris.

«Princípio da Precaução e Evolução da Responsabilidade Civil», São Paulo, 2010, Quartier Latin. Lopez, Teresa Ancona.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Convém que o aluno possa ler textos em italiano e francês.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Renato Lopes Becho
Disciplina:	Direito Tributário e Processos
Núcleo de Pesquisa:	Direito Tributário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Fundamentos teóricos: filosofia do direito tributário e ciência do direito tributário. Ato, procedimento e processo (distinções). Constituição do crédito tributário: ato, procedimento ou processo? Implicações quanto à constituição, suspensão e extinção do crédito tributário. Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário cível. Os grupos procedimentais cíveis e suas principais diferenças. Processo judicial tributário criminal. Princípios do processo administrativo, do judicial cível e do criminal.

Bibliografia Básica:

BECHO, Renato Lopes. Filosofia do Direito Tributário. Editora Saraiva.

BECHO, Renato Lopes. Sujeição Passiva e Responsabilidade Tributária. Editora Dialética.

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário - Linguagem e Método. Editora Noeses.

CONRADO, Paulo Cesar (coord.). Processo Tributário Analítico. Editora Dialética.

MARINS, James. Direito Processual Tributário Brasileiro. Editora Dialética.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Renato Rua de Almeida
Disciplina:	A negociação coletiva do trabalho como forma de efetividade dos direitos fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Direito do Trabalho
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A negociação coletiva do trabalho, visando à participação dos trabalhadores na gestão da empresa, é técnica, por excelência, de procedimentalização e contratualização do Direito do Trabalho, conforme lição de Supiot (cf. Homo juridicus. Ensaio sobre a função antropológica do Direito, SP, Editora Martins Fontes), inserindo-se no conceito do direito como uma teoria da comunicação, na visão de Habermas (cf. Direito e democracia entre facticidade e validade II, Rio, Tempo Brasileiro), tendo em vista a efetividade dos direitos fundamentais. Para tanto, na busca da concreção jurídica (na visão de Miguel Reale) da negociação coletiva do trabalho, é preciso examinar e estudar a liberdade sindical, como pressuposto básico, já que ambas, liberdade sindical e negociação coletiva, são catalogadas constitucionalmente como direitos fundamentais de segunda geração ou dimensão, vale dizer, como direitos fundamentais sociais, com força normativa, isto é, princípios normativos de aplicação imediata e direta na visão pós-positivista de Robert Alexy(cf. Teoria dos direitos fundamentais, SP, Malheiros). É imprescindível também constatar que os direitos fundamentais sociais e coletivos (liberdade sindical, negociação coletiva do trabalho e direito de greve) ao colidirem com os interesses públicos da cidadania, não podem ser considerados direitos absolutos, como se verifica dos dias de hoje no tocante à greve do serviço público, em detrimento da população.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Bibliografia Básica:

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro do. *Compêndio de Direito Sindical*. São Paulo: Saraiva.

BRITO, José Cláudio Monteiro de. *Direito Sindical*. São Paulo: Ltr.

FERNANDES, Antônio Monteiro. *Direito do Trabalho*. Coimbra: Almedina.

SILVA, Leonardo da; COUTINHO, Sayonara Grillo. *Relações coletivas de trabalho*. LTr. Editora Ltda.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Ricardo Hasson Sayeg
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Jus-Humanismo Normativo
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina de Teoria Geral do Direito - Jus-Humanismo Normativo percorre as principais correntes hermenêuticas - o jusnaturalismo dos séculos XVII e XVIII, o positivismo do século XIX e XX e o neopositivismo do século XX. Por fim, propõe a quarta via hermenêutica: o jus-humanismo.

O jusnaturalismo é a corrente hermenêutica que se preocupa, sobretudo, com os valores (contexto); o positivismo prioriza a norma (texto); os neopositivistas agregam o texto (positivismo) com o contexto (valores). O jus-humanismo acrescenta um terceiro elemento na análise do discurso jurídico: o intra-texto, onde se localizam os direitos humanos culturalmente reconhecidos.

Assim, a solução ideal às controvérsias jurídicas será aquela que deflua da intersecção do texto normativo, com o contexto valorativo daquela sociedade, mais os direitos humanos culturalmente reconhecidos e incorporados ao intra-texto, ou seja, uma interpretação hermenêutica jus-humanista.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, apresentação de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004;

CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito Tributário, Linguagem e Método*. São Paulo: Noeses, 2008;

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. 6ª. Ed. Tradução Agnes Cretella
Rua Ministro de Godói, 969 - 4º andar - Sala: 4E-02 - Perdizes - São Paulo - SP - CEP 05015-901.
Tel. Fax: (11) 3670-8519 - E-mail: posdir@pucsp.br - <http://www.pucsp.br/pos>



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

e José Cretella Júnior - São Paulo: RT, 2009.

LOCKE, John. *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil e outros escritos. Ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. 3ª. ed. Introdução de J. W. Gough; tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo Costa. Petrópolis: Vozes, 2001;

SAYEG, Ricardo Hasson; BALERA, Wagner. *O Capitalismo Humanista: Filosofia Humanista de Direito Econômico*. Petrópolis:KBR, 2011.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Roberto Baptista Dias da Silva
Disciplina:	Teoria dos Direitos Fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem por objetivo o estudo de diferentes aspectos da teoria dos direitos fundamentais, analisando criticamente questões como a distinção entre princípios e regras, a interpretação, a eficácia, o conteúdo essencial, as restrições e a possibilidade de renúncia a tais direitos. Também serão discutidos os temas da dignidade da pessoa humana, do mínimo existencial, da reserva do possível, da proibição do retrocesso e da exigibilidade judicial dos direitos fundamentais. A intenção não é examinar os direitos fundamentais em espécie, conforme previstos na Constituição, mas permitir que o aluno encontre as ferramentas necessárias à solução dos problemas advindos da aplicação dos direitos fundamentais, partindo da reflexão sobre sua estrutura normativa, interpretação, eficácia, limites, bem como sobre as formas para a resolução das colisões entre eles e a sua exigibilidade judicial.

Bibliografia Básica:

ABRAMOVICH, Víctor & Courtis, Christian. *Los derechos sociales como derechos exigibles*. Madrid: Trotta, 2002.

ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2008.

NOVAIS, Jorge Reis. *Direitos fundamentais: trunfos contra a maioria*. Coimbra: Coimbra, 2006.

SILVA, Virgílio Afonso da. *Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*. São Paulo: Malheiros, 2009.

VIEIRA DE ANDRADE, José Carlos. *Os direitos fundamentais na Constituição portuguesa de 1976*. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2006.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Rogério José Ferraz Donnini
Disciplina: Danos na pós-modernidade, solidariedade e reparação
Núcleo de Pesquisa: Direito Civil
Dia da semana: 5ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Curso de Direito Civil (Tutela e Direitos Fundamentais dos cidadãos e das relações civis) – Mestrado em Direito das Relações Sociais – Tema do Curso: DANOS NA PÓS-MODERNIDADE, SOLIDARIEDADE E REPARAÇÃO. Finalidade: a análise dos novos danos na sociedade atual e a importância diminuída da culpa; o exame dos princípios da solidariedade e da igualdade como instrumentos de aplicação da dignidade humana na responsabilidade social; presunção de causalidade; a fixação adequada dos danos materiais e morais como forma de prevenção; Testamento biológico: liberdade de escolha entre viver ou morrer; risco do desenvolvimento e danos provocados pelas novas tecnologias; dano ambiental individual; dano à paisagem como uma lesão individual; e lesões pela prática de *stalkin* e *bullying*.

Bibliografia Básica:

ALPA, Guido. *I Principi Generali*, 2ª ed., Giuffrè, Milano, 2006.

HESSE, Konrad. *Temas Fundamentais do Direito Constitucional*, Saraiva, 2009.

DONNINI, Rogério. *Responsabilidade civil pós-contratual*, Saraiva, 3ª edição, 2011.

FLEISCHAKER. *Uma breve história da justiça distributiva*, Martins Fontes, 2006.

PERLINGIERI, Pietro. *O Direito Civil na Legalidade Constitucional*, obra organizada por Maria Cristina De Cicco, Renovar, Rio de Janeiro, 2008.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Roque Antonio Carrazza
Disciplina:	A aplicabilidade dos princípios constitucionais tributários nos tributos em espécie
Núcleo de Pesquisa:	Direito Tributário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudo dos tributos em espécie (imposto sobre a renda, IPI, ICMS, IPTU, ISS, contribuições, taxas etc.) e dos projetos de Reforma Constitucional Tributária e de Código de Defesa do Contribuinte, tudo tendo em vista a efetivação dos grandes princípios constitucionais tributários. A pesquisa é desenvolvida de acordo com as diretrizes da Escola de Direito Tributário da PUC/SP, que privilegia os postulados tributários consagrados na Constituição Federal.

Bibliografia Básica:

Curso de Direito Constitucional Tributário - Roque Antonio Carrazza (27ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 2011).

Reflexões sobre a Obrigação Tributária - Roque Antonio Carrazza (Editora Noeses, São Paulo, 2010).

Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar - Aliomar Baleeiro (7ª edição, Forense, Rio de Janeiro, 1997).

Curso de Direito Tributário - Paulo de Barros Carvalho (20ª edição, Saraiva, São Paulo, 2008).

Hipótese de Incidência Tributária - Geraldo Ataliba (6ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 2008).



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Rosa M ^a B. B. de Andrade Nery
Disciplina:	Teoria Geral do Direito Privado - Sistema de segurança social e de liberdade pessoal
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	2 ^a feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

“Teoria Geral do Direito Privado: Sistema de segurança social e de liberdade pessoal”. Trata-se de estudo dogmático dos institutos da Teoria Geral do Direito Privado, com ênfase para os mecanismos que possibilitam ao sujeito de direito o exercício pleno de suas faculdades e a expressão de sua liberdade no trato de suas vivências pessoais, da circulabilidade de riquezas, na realização de negócios e no exercício da empresa.

Bibliografia Básica:

ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito Civil - Teoria Geral. V. 2. Acções e factos jurídicos. Coimbra: Coimbra, 1999.

BOBBIO, Norberto. Dalla struttura alla funzione, Milano, Edizioni de Comentá, 1977.

FERRI, Luigi. L'autonomia Privata, Milano, Giuffri, 1959.

NERY, Rosa Maria B.B. de Andrade. Introdução ao Pensamento Jurídico e à Teoria Geral do Direito Privado. RT, 2008.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Sérgio Seiji Shimura
Disciplina:	Efetividade dos provimentos executivos
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Análise da estrutura processual e procedimental, no que concerne à concretização da providência jurisdicional, notadamente pelo chamado “cumprimento da sentença”. Abordagem da função jurisdicional, seja no tocante ao reconhecimento da lesão à ordem jurídica e à declaração da norma, seja no concernente à materialização do direito, sob a vertente pragmática. Exame da tutela executiva em suas diversas formas de manifestações, notadamente aquela que transforma o comando sentencial em efetiva satisfação do direito da parte, pelo cumprimento de sentença ou pela ação de execução de título extrajudicial.

Bibliografia

ASSIS, Araken de - *Manual do processo de execução*, RT

BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de Direito Processual Civil*, vol. 3, Saraiva

MEDINA, José Miguel Garcia. *Execução Civil*, RT

NERY JÚNIOR, Nelson - *Princípios do processo civil na Constituição Federal*, RT

SHIMURA, Sérgio. *Título executivo*, Ed. Método, 2005



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Silvio Luís Ferreira da Rocha
Disciplina: Problemas contemporâneos da discricionariedade administrativa
Núcleo de Pesquisa: Direito Administrativo
Dia da semana: 4ª feira
Horário: 19h:00 às 23h:00
Semestre 1º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

(1) Aprofundamento da noção de discricionariedade: autonomia da vontade "versus" função; limites da discricionariedade administrativa; extensão do controle jurisdicional.(2) O Desvio de Poder e a teoria dos Motivos Determinantes. (3) Abordagem da chamada "discricionariedade técnica".

Bibliografia Básica:

Afonso Rodrigues Queiró, Estudos de Direito Público v. I - Dissertações. Coimbra, 1989, p. 83-137 - "Reflexões sobre a teoria do desvio de poder de poder em direito administrativo"; p. 139-175 - "O problema dos limites do poder discricionário".

Celso Antônio Bandeira de Mello, Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2012.

Eduardo García de Enterría e Tomás-Ramón Fernandez. Curso de Derecho Administrativo. 12ª ed. Madrid: Civitas, 2004

Maria Sylvania Zanella Di Pietro, Discricionariedade Técnica e Discricionariedade Administrativa. In: FIGUEIREDO, Marcelo; PONTES FILHO, Valmir. (org). Estudos de Direito Público em Homenagem a Celso Antônio Bandeira de Mello. São Paulo: Malheiros, 2006, p.480 a 504.

Renato Alessi - Instituciones de Derecho Administrativo Barcelona: Bosch, tomo I, 1970, ou Sistema Istituzionale Di Diritto Amministrativo. Milano: Giuffrè, 1960, nº 132, p. 201 a 204.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Silvio Luís Ferreira da Rocha
Disciplina:	Teoria Geral do Direito – Do positivismo ao pós-positivismo: estudos de teoria do direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Dentro do Projeto de Pesquisa “Fundamentos do Sistema Constitucional Administrativo brasileiro” vinculado à Linha de Pesquisa “Efetividade do Direito Público e Limitação da Atividade Estatal” será ministrada a disciplina “Do positivismo ao pós-positivismo: estudos de teoria do Direito”, que procurará discutir a evolução dos problemas fundamentais da teoria geral do direito com especial referência às peculiaridades da dogmática constitucional e administrativa.

Bibliografia Básica:

- ALEXY, Robert. *Teoria de los Derechos Fundamentales*. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales. Madrid, 2001.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria Generale Del Diritto*. Ed. Giappichelli, 1993.
- _____. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. UnB: Polis, 1989.
- _____. *Teoria da Norma Jurídica*. Ed. Edipro. Edições Profissionais, 2001.
- _____. *O positivismo jurídico*. Lições de Filosofia do Direito. Ed. Ícone, 1999.
- _____. *Da estrutura à função*. Manole, 2007.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 3. ed. Almedina editora.
- DWORKIN, Ronald. *Levando os Direitos a sério*. Martins Fontes.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Suzana M ^a P. C. P. Federighi
Disciplina:	Práticas Comerciais no CDC – Técnicas de Marketing, Publicidade Enganosa e Abusiva
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	3 ^a feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa

O curso tem por finalidade o estudo e análise do “Direito das Relações de Consumo”, em razão das questões mais relevantes do tema, mormente no que tange às questões pré-contratuais, contratuais e pós-contratuais. Neste módulo, estudaremos as alterações promovidas pelo Código de Defesa do Consumidor, as relações jurídicas que se desprenderam da estrutura normativa do Código Civil, a oposição destas matérias em razão de sua permanência paralela ao novo Código Civil editado.

O estudo das Práticas Comerciais é indissociável da análise do processo de formação da relação contratual de consumo, suas conseqüências sobre o processo de captação da poupança privada e preservação da integridade e incolumidade do consumidor.

A cadeira terá por finalidade abordar a codificação, o direito material que reveste as relações de consumo e subsidiam suas demandas. Terá ainda o propósito de demonstrar, não obstante o caráter interdisciplinar da matéria, sua independência para com o direito econômico, com o direito civil e comercial.

Quanto ao citado caráter interdisciplinar, as aulas serão voltadas à demonstração da necessidade contemporânea de abordar o direito sem doutrinas herméticas e estanques.

A matéria será estudada em função da aplicação pelo profissional do direito, das necessidades sociais, sob a ótica da tutela dos interesses difusos e coletivos.

O curso estará igualmente voltado a uma pesquisa científica utilitária, garantindo à Universidade um novo papel social.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Bibliografia Básica:

ALVIN, Agostinho. *Da inexecução das obrigações e suas conseqüências*. 2ª Edição, São Paulo: Saraiva, 1.955.

BETTI, Emilio. *Teoria general del negocio jurídico*. Traducción A. Martin Pérez, 3ª Edición, Granada, Espana: Editorial Comares, 2.000.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estudos sobre Direitos Fundamentais*. Lisboa: Coimbra Editora, 2004.

CARPENA, Heloísa. *Abuso do direito nos contratos de consumo*. 1ª edição, Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2.001.

CARVALHO, Ana Paula. *A celebração de contratos via Internet segundo os ordenamentos jurídicos alemão e brasileiro*. Revista de Direito do Consumidor, volume 39, São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2.002.

FILHO, Sergio Cavalieri. *O direito do consumidor no limiar do Século XXI*. Revista de Direito do Consumidor, volume 35, São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2.002.

PERELMAN, Chaïn. *Lógica jurídica*. Tradução Vergínia K. Pupi, 2ª Edição, São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Tércio Sampaio Ferraz Júnior
Disciplina:	Ordenamento Jurídico e Sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito.
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	07h30min às 12h30min
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Em sede de teoria geral do direito, a positivação do direito, ocorrida no século XIX, gerou, no século XX, um conceito de ordenamento visto como sistema. Mesmo a admissão de direitos fundamentais engendrou uma forte concepção sistemática de estrutura hierárquica de normas. O conceito positivado do direito como um sistema de regras sofreu, porém, uma série de perturbações em face do fenômeno da globalização. Argumenta-se que a positivação de princípios que refletem uma determinada moralidade política da comunidade exige do aplicador do direito não somente um exercício de subsunção de casos a regras ou o recurso à discricionariedade (nos casos de indeterminação), mas uma atividade argumentativa diversificada. Na virada do século XX, ganhou peso uma concepção do direito como uma prática interpretativa e argumentativa, na qual o ordenamento se constrói a partir de uma apreciação e oposição de argumentos sobre aspectos (relevantes) de casos concretos. O curso pretende indagar das conseqüências dessa transformação para a sistematicidade das regras jurídicas; em particular, em vista da estabilidade do corpo de regras e mesmo para a possibilidade de pensá-lo como um sistema escalonado de elementos normativos. O tema da relevância, em sede pragmática, aponta para uma pluralidade estrutural a ser enfrentada sob o prisma de sua possível racionalidade. O curso pretende, assim, discutir a idéia do ordenamento como um sistema normativo, ainda que instável e constantemente sujeito à perturbação pela atividade de interpretação argumentativa, com base em casos concretos. Valer-se-á, metodicamente, de exposição teórica e seminários



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Bibliografia Básica:

KELSEN, Reine Rechtslehre, Viena, 1960 (trad. portuguesa: *Teoria pura do direito*).

REALE, Miguel: *Experiência e cultura*, 1977.

VIEHWEG, Theodor: *Topik und Jurisprudenz* (trad. bras.: *Tópica e jurisprudência*).

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 6ª ed. Brasília: UnB, 1995.

CASTANHEIRA NEVES, *O atual problema metodológico da interpretação jurídica*, Coimbra, 2003.

TOULMIN, S. *The uses of argument*. Cambridge University Press, 1958.

FERRAZ JUNIOR, T.S. *Introdução ao estudo do direito*, São Paulo, 2004.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Teresa Arruda Alvim Wambier
Disciplina: Efetividade do Direito e o Direito aos Recursos
Núcleo de Pesquisa: Direito Processual Civil
Dia da semana: 4^{as} e 5^{as} feiras (quinzenalmente)
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

O curso visa a proporcionar o conhecimento e a análise dos vícios de que podem padecer as decisões judiciais, e os meios, ações ou recursos, de que dispõem as partes para impugná-las, tudo com base em clássica doutrina e na doutrina mais recente, bem como à luz da jurisprudência dos nossos Tribunais. Analisa-se também a perspectiva do direito comparado e do direito projetado.

Bibliografia Básica:

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao CPC*. Forense. 5 v.

NERY JUNIOR, Nelson. *Teoria Geral dos Recursos*. RT.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades do processo e da sentença*. RT.

_____. *Omissão judicial e embargos de declaração*. RT.

_____. *Controle das decisões judiciais pelos recursos de estrito direito e ação rescisória*. RT.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Aulas Quinzenais.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Thereza Celina Diniz de Arruda Alvim
Disciplina: O Futuro do Direito Processual Civil Brasileiro
Núcleo de Pesquisa: Direito Processual Civil
Dia da semana: 5ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

É inegável que o direito processual civil hodierno encontra-se em estágio de profundas modificações. Ao lado do que se convencionou denominar de processo civil clássico, houve o surgimento de inúmeros instrumentos tendentes a fazer frente às atuais problemáticas e conflitos de interesses da sociedade contemporânea. A estrutura do sistema processual brasileiro, moldado em três segmentos clássicos (processo de conhecimento, processo cautelar e processo de execução) vem sofrendo paulatina evolução, de modo a permitir que funções antes realizáveis somente dentro de cada um desses segmentos passassem a ser efetuadas simultaneamente, de modo a atender as atuais expectativas sociais. É justamente dentro desse contexto que sobressai a importância de se cotejar as inovações trazidas pelo Projeto de Lei do Novo Código de Processo Civil, de modo a poder investigar, à luz do direito vigente, se tais novidades terão o condão de incrementar a tão almejada efetividade do processo. Nesse contexto, passa-se também nessa disciplina, a examinar, do ponto de vista processual, como a Carta de 1988 manteve instrumentos precedentes e incorporou novos instrumentos direcionados à proteção dos direitos fundamentais de índole subjetiva, instrumentos direcionados à proteção do Direito Objetivo, bem como as modificações estruturais destinadas à salvaguarda do ordenamento jurídico brasileiro.

Bibliografia Básica:

ALVIM, Eduardo Arruda. *Direito processual civil*. 4. Ed. São Paulo: RT, 2012.

ALVIM, Thereza. *O direito processual de estar em juízo*. São Paulo: RT, 1996.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

CARNELUTTI, Francesco. *Sistema de diritto processuale civile*. 1936.
vol. I.

COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos del derecho procesal civil*. 3.^a ed.
Buenos Aires. 1978.

FAZZALARI, Elio. *Il processo ordinario di cognizione*. Turim, 1990



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor: Vidal Serrano Nunes Júnior
Disciplina: Ordem Social e Direitos Fundamentais
Núcleo de Pesquisa: Direito Constitucional
Dia da semana: 4ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 1º/2013
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

As formas de positivação dos Direitos Sociais e seus respectivos regimes jurídicos. Direitos Sociais e seus limites contingentes. A Teoria da Reserva do Possível e a o Princípio da Separação dos Poderes. A seguridade social e seus princípios norteadores. A intervenção do Estado no domínio Social por meio de serviços públicos. A prestação de serviços públicos de natureza social e as entidades do terceiro setor. A educação na Constituição de 1988. A ordem constitucional da saúde. A assistência social e seu panorama constitucional. A ordem constitucional da cultura.

Bibliografia Básica:

ALEXY, Robert. *Teoria de los Derechos Fundamentales*. Tradução de Ernesto Garzóns Valdés. Madrid/Espanha. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales. 2002.

ANABITARTE, Alfredo Gallego. *Derechos Fundamentales Y Garantias Institucionales: Analisis Doctrinal Y Jurisprudencial*. Ediciones de La Universidad Autonoma de Madrid. Editorial Civitas. 1994.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. *Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade*. São Paulo, Malheiros.

NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. *A Cidadania Social na Constituição de 1988*, São Paulo, Verbatim, 2009.

_____. *Manual de Direitos Difusos* (coord), São Paulo, Verbatim, 2009.

_____ & ARAUJO, Luiz Alberto David. *Curso de Direito Constitucional*, São Paulo, Saraiva; 14a ed.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Wagner Balera
Disciplina:	Direito à paz como fórmula de efetividade dos direitos humanos (Direitos Humanos II)
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Humanos
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudar o tema da paz sob as perspectivas da função da Organização das Nações Unidas e do desenvolvimento.

Bibliografia Básica:

IMMANUEL KANT, *Rumo à paz perpétua*, Icone, 2010.

JOÃO XXIII, *Pacem in terris*, Paulinas, São Paulo, 2006.

PAULO VI, *Populorum progressio*, Paulinas, São Paulo, 2006.

WAGNER BALERA, coordenador, *Comentários à Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 2ª edição, Conceito, 2011.

WILLIS SANTIAGO GUERRA FILHO, *Teoria Processual da Constituição*, 3ª edição, São Paulo, SRS, 2008.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Wagner Balera
Disciplina:	Efetividade do financiamento dos programas de bem-estar na sociedade de risco: a seguridade social
Núcleo de Pesquisa:	Direito Previdenciário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudar o financiamento do Estado do Bem-Estar a partir de um de seus programas - a seguridade social - na perspectiva da sociedade de risco e com o apoio instrumental da teoria geral da obrigação tributária.

Bibliografia Básica:

WAGNER BALERA, *Sistema de Seguridade Social*, LTr, São Paulo, 6ª edição.

WAGNER BALERA, *Noções Preliminares de Direito Previdenciário*, Quartier Latin, 2ª edição, São Paulo.

GERALDO ATALIBA, *Hipótese de Incidência Tributária*, Malheiros, São Paulo, 6ª edição.

PAULO DE BARROS CARVALHO, *Direito Tributário - Fundamentos Jurídicos da Incidência*, São Paulo, Saraiva

ULRICH BECK, *La sociedad del riesgo - Hacia una nueva modernidad*, tradução de Jorge Navarro, Paidós, Barcelona.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Willis Santiago Guerra Filho
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Filosofia dos Direitos Humanos
Núcleo de Pesquisa:	Todos (obrigatória)
Dia da semana:	5 ^{as} e 6 ^{as} feiras (quinzenalmente)
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1. Humanismo Antigo: Cosmocêntrico. Concepções filosóficas e jurídicas dos pré-socráticos, sofistas, da Escola de Atenas, cínicos, atomistas, epicuristas e estóicos. 2. Humanismo Medieval: Teocêntrico. Concepções filosóficas e jurídicas de Santo Agostinho, Santo Tomás e Guilherme de Ockham: A querela sobre a pobreza franciscana. 3. Humanismo Moderno: Antropocêntrico. Concepções filosóficas e jurídicas de Thomas Hobbes, Giambattista Vico, John Locke, Rousseau, Kant e Hegel. 4. O Anti-Humanismo Contemporâneo. Concepções filosóficas e jurídicas de Nietzsche, Heidegger, Kelsen, Baudrillard, Foucault e Luhmann. 5. Humanismo Contemporâneo: Concepções filosóficas e jurídicas de Marx (comunismo), Sartre (existencialismo), Maritain (neotomismo). 6. Crises do capitalismo. Capitalismo flexível e perspectivas de humanização: Doutrina do Capitalismo Humanista em Direito Econômico.

Bibliografia Básica:

BALERA, Wagner; SAYEG, Ricardo H. *O Capitalismo Humanista*. São Paulo: KBR, 2011.

BIELEFELDT, Heiner. *Filosofia dos direitos humanos: fundamentos de um ethos de liberdade universal*. Tradução de Dankwart Bernsmüller. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

DOUZINAS, Costas. *O Fim dos Direitos Humanos*. Trad. Luzia Araújo. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

HEIDEGGER, Martin. *Sobre o "Humanismo"*, in: *Col. Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARITAIN, Jacques. *Humanismo Integral*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1945.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Aulas Quinzenais.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Nome do Professor:	Willis Santiago Guerra Filho
Disciplina:	Direitos Humanos perante o Direito Internacional - Direitos Humanos III
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Humanos
Dia da semana:	5 ^{as} e 6 ^{as} feiras (quinzenalmente)
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2013
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1. As violações de direitos humanos perante o direito internacional. 2. A constatação unilateral da responsabilidade internacional do Estado por violação de direitos humanos confrontada com a constatação coletiva de tais violações 3. Implementação das decisões de responsabilização internacional do Estado por violação de direitos humanos. 4. Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos: Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos. 5. Análise das condenações do Estado Brasileiro por violação de Direitos Humanos. 6. Comitês em matéria de proteção dos Direitos Humanos. 7. Tribunal Penal Internacional. 8. Emprego do princípio da proporcionalidade na solução de conflitos em matéria de direitos humanos na jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos.

Bibliografia Básica:

BALERA, Wagner (coord.). Comentários à Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2ª. ed., São Paulo: Conceito, 2011.

DOUZINAS, Costas. O Fim dos Direitos Humanos. Trad. Luzia Araújo. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

GUERRA FILHO, Willis S. Processo Constitucional e Direitos Fundamentais. 6ª. ed., São Paulo: SRS, 2009.

_____. Teoria Processual da Constituição. 3ª. ed., São Paulo: RCS, 2007.

RAMOS, André de Carvalho. Processo internacional de direitos humanos: análise dos sistemas de apuração de violações de direitos humanos e a implementação das decisões no Brasil. Rio de Janeiro, São Paulo:



PUC-SP

Renovar, 2002.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
DIREITO

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Aulas Quinzenais.